

M

Agosto 2014 nº 14

MídiaCom

DEMOCRACIA

Revista do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

ELEIÇÕES 2014

O que as candidaturas à Presidência e a sociedade civil propõem para as comunicações no país



Você sabia que o Código Brasileiro de Telecomunicações é de 1962?

Você sabia que os artigos da Constituição que tratam da comunicação até hoje não foram regulamentados?

Você sabia que o Brasil é um dos países com maior concentração na propriedade de mídia?



Conheça o projeto e apoie esta iniciativa!

www.paraexpressaraliberdade.org.br

Eleições e marco regulatório

O período eleitoral é um momento estratégico para a população debater questões centrais para seu futuro. Educação, saúde, transportes, política econômica, meio ambiente... diferentes temas e diferentes propostas são confrontadas democraticamente, para que cidadãos e cidadãs escolham o projeto que mais atende às suas necessidades e às demandas do país.

Infelizmente, a agenda das comunicações – tanto do ponto de vista das políticas públicas quanto da legislação que rege o setor – sempre esteve de fora dos pontos centrais da disputa eleitoral. Considerada historicamente uma área cujas decisões cabem a “especialistas” e à qual a população não tem contribuições a dar, a comunicação segue sem ser vista como um direito fundamental.

Para tentar reverter este quadro e pautar nessas eleições um debate público sobre as comunicações do país, o FNDC apresentará às candidaturas um documento em que trata da importância de um novo marco regulatório para o setor. A expectativa é que partidos políticos e candidatos/as assumam em definitivo um compromisso com o desenvolvimento desta agenda.

A luta do FNDC pela democratização das comunicações no Brasil vai, no entanto, muito além do período eleitoral. Nesta edição da revista **MídiaComDemocracia** você ficará sabendo de um conjunto de ações que o Fórum tem desenvolvido no sentido de tornar o setor midiático de nosso país mais plural e mais diverso: da luta por uma internet livre e por um sistema público de comunicação forte à defesa de mecanismos de participação social e difusão da produção popular audiovisual, como o Canal da Cidadania. Confira também o artigo de Glauco Faria e Renato Rovai sobre o papel desempenhado pela mídia comercial na Copa do Mundo de 2014.

Boa leitura!

Expediente



Apoio
 FORD FOUNDATION

Coordenação Executiva FNDC 2014-2015: Rosane Bertotti – Central Única dos Trabalhadores; Renata Mielli – Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé; Rogério Oliveira – Conselho Federal de Psicologia; Orlando Guilhon – Associação das Rádios Públicas do Brasil; Bia Barbosa – Entrevoces; Bruno Cruz – Federação Nacional dos Jornalistas; Everaldo Monteiro – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão.

Comitês Regionais do FNDC: Comitê pela Democratização da Comunicação de Alagoas; Comitê pela Democratização da Comunicação do Amapá; Comitê pela Democratização da Comunicação do Amazonas; Comitê pela Democratização da Comunicação da Bahia; Comitê pela Democratização da Comunicação da Região Sisaleira (BA); Comitê pela Democratização

MídiaComDemocracia é uma publicação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Editora: Bia Barbosa (MTB nº 31.762)

Pesquisa de imagens: Mariana Moreira e Pedro Rafael Vilela

Editoração: IncaDesign www.incadesign.com.br

8

Movimento Social

Reforma Política e Reforma da Mídia

O FNDC aprovou, em sua última Plenária Nacional, uma articulação entre a coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática e as mobilizações em torno do Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Entenda por que essas duas agendas são estratégicas para a democracia do país.



12

Legislação

Marco Civil da Internet

Ministério da Justiça deve lançar em breve consulta pública para regulamentar diferentes aspectos da nova lei, aprovada em abril pelo Congresso brasileiro. Entre eles, exceções à neutralidade de rede, o sigilo na guarda de dados dos usuários e como o poder público colorará em prática políticas de inclusão previstas no texto.



20

Participação social

Conselho de Comunicação Social

Órgão consultivo do Congresso Nacional para as comunicações, CCS chega ao final de mais uma gestão sem estabelecer critérios transparentes para a indicação da representação da sociedade civil. Frente Parlamentar critica a prática e propõe grupo de trabalho para reformular o funcionamento do Conselho.



24

Comunicação Pública

Fórum Brasil

Marcado para novembro, encontro pretende ser um espaço de rearticulação entre as emissoras de rádio e televisão do campo e organizações que defendem as mídias públicas, comunitárias, educativas e universitárias. Um documento com propostas para o fortalecimento do campo será entregue à candidatura vencedora das eleições presidenciais.



da Comunicação do Ceará; Comitê pela Democratização da Comunicação do Distrito Federal; Comitê pela Democratização da Comunicação do Espírito Santo; Comitê pela Democratização da Comunicação do Mato Grosso; Comitê pela Democratização da Comunicação do Mato Grosso do Sul; Comitê pela Democratização da Comunicação de Minas Gerais; Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio Grande do Sul; Comitê pela Democratização da Comunicação do Vale dos Sinos (RS); Comitê pela Democratização da Comunicação de Pelotas (RS); Comitê pela Democratização da Comunicação do Pará; Comitê pela Democratização da Comunicação da Paraíba; Comitê pela Democratização da Comunicação do Paraná; Comitê pela Democratização da Comunicação de Pernambuco; Comitê pela Democratização da Comunicação do Piauí; Comitê pela Democratização da Comunicação do Rio de Janeiro; Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina; Comunicação de São Paulo; Comitê pela Democratização da Comunicação de Bauru (SP); Comitê pela Democratização da Comunicação de Osasco e Região Metropolitana Oeste (SP); Comitê pela Democratização da Comunicação de Sergipe.

Capa: Pablo Alejandro

Ilustrações: Pablo Alejandro

Gráfica: NSA Comunicação - Gráfica e Editora – Tiragem: 2.000 exemplares

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente a posição das entidades sócias do FNDC. É livre a reprodução dos conteúdos, desde que citada a fonte.

Por Najla Passos e Mariana Moreira

É consenso entre os principais movimentos sociais e organizações da sociedade civil que a democratização da comunicação é medida fundamental para o avanço e consolidação da democracia brasileira. O espaço destinado ao tema no debate eleitoral deste ano, no entanto, não responde à urgente e necessária aprovação de um novo marco regulatório para o setor. Nas entrevistas e sabinas já realizadas com os candidatos pelos veículos da mídia comercial, praticamente inexistem menções à pauta. E, nos programas de governo dos 11 postulantes à Presidência da República, a invisibilidade também é quase unânime.

Para tentar reverter este quadro, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) encaminhará uma carta aos/às candidatos/as defendendo a importância do tema para a consolidação da democracia brasileira. Anexo à carta, dois documentos que são fruto das propostas aprovadas pela sociedade civil na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009. A Confecom institucionalizou uma agenda de debates sobre a democratização da comunicação no país, a partir da aprovação de resoluções para modernizar a legislação existente e elaborar políticas públicas de promoção de diversidade e pluralidade na mídia.

Um dos documentos, intitulado “20 pontos para democratizar as comunicações no Brasil”, traz diretrizes fundamentais para um novo marco regulatório para o setor. Entre elas, a universalização do acesso à Internet, o fortalecimento das emissoras públicas e comunitárias e limites à concentração da propriedade dos meios. O outro documento é o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, que apresenta, em formato de texto legal, as prioridades definidas pelo movimento para a regulação da radiodifusão no país. Em todo o Brasil, o FNDC, ao lado de dezenas de organizações e movimentos populares, está coletando assinaturas em apoio do Projeto da Mídia Democrática, que será enviado ao Congresso Nacional.

O objetivo, ao longo do processo eleitoral, é que os candidatos e candidatas se comprometam com a agenda da reforma da mídia e com a urgência de um novo marco regulatório para as comunicações. “Vamos entregar aos candidatos uma carta que recupera toda a nossa pauta, que dialoga com as propostas defendidas na Confecom e com o que acreditamos que deva ser o papel do Poder Executivo, no caso, da Presidência da República, na execução das políticas de comunicação”, esclarece Rosane Bertotti, Secretária Nacional de Comunicação da

FNDC entregará a candidatos plataforma em defesa da democratização da comunicação

Assunto está fora dos programas dos principais candidatos à Presidência. Para fomentar o debate no processo eleitoral, Fórum entregará propostas para um novo marco regulatório do setor aos postulantes ao Palácio do Planalto.

Central Única dos Trabalhadores (CUT) e coordenadora geral do FNDC.

Representante da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) na Executiva do FNDC, Bruno Cruz ressalta que é preciso pensar um novo marco regulatório das comunicações no contexto da convergência das mídias. “Sem uma regulamentação adequada, o mais provável é que a concentração expressa na radiodifusão, no mercado editorial, na produção cultural etc se reproduza, com algumas adequações, no ciberespaço. A isso tudo se soma um agravante: a estrutura de rede da internet é privada e não depende de uma concessão pública, nem tem limitação de espectro, como acontece hoje com a radiodifusão. Por isso é fundamental pensar dispositivos que, dentro do marco regulatório, deem conta dessa convergência”, defende o representante da Fenaj.

Os programas eleitorais registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no entanto, não enfrentam a questão.

Programas de governo

Líder nas pesquisas de intenções de votos, a presidenta Dilma Rousseff (PT) não incluiu no seu programa de governo o conjunto das propostas defendidas por seu partido para o setor, que guardam muitas semelhanças com aquelas reivindicadas pelo movi-

mento de democratização da comunicação. Em maio passado, a Comissão Executiva do Partido dos Trabalhadores chegou a incluir o tema da regulação dos meios no documento de Diretrizes do Programa de Governo do PT. Um mês depois, seu presidente, Rui Falcão, discursou na convenção nacional do partido afirmando que tão importante quanto a reforma política é a democratização da sociedade brasileira.

“Assim como a energia, o transporte e a saúde, a radiodifusão é um serviço público, concedido a particulares que, para ser prestado com base no interesse público, requer regras de funcionamento. No caso das emissoras de rádio e TV, essas regras são fundamentais em função do impacto social que os meios provocam, pela sua influência na opinião pública e na formação de valores. Além disso, a comunicação é um setor econômico da maior relevância, a necessitar de regras de funcionamento, de modo a coibir oligopólios, ou a formação de um monopólio no setor”, declarou Falcão à época.

Em março de 2013, a direção nacional do Partido Comunista do Brasil, que também integra a coligação que tem Dilma Rousseff como candidata, aprovou posição destacando a necessidade da reforma da mídia como uma das condições para aprofundar a democratização da sociedade brasileira.



I Conferência Nacional de Comunicação, em 2009: propostas aprovadas no evento subsidiaram documento que será entregue pelo FNDC às candidaturas. Objetivo é comprometer os partidos e candidatos/as com necessidade de elaborar um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil.

“O PCdoB compreende que esta é uma agenda política estratégica para a democracia e, também, para a consecução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. O Brasil terá mais dificuldades de avançar e consolidar um projeto soberano e de integração solidária com outros países enquanto operar no país um sistema de mídia monopolizado nas mãos de poucos grupos econômicos que utilizam o poder da comunicação para fazer oposição às políticas de soberania nacional, às iniciativas de integração soberana da América Latina, às políticas de inclusão social, de investimento na indústria nacional, de promoção da cidadania e redução das desigualdades”, acredita Renato Rabelo, presidente do PCdoB. Segundo ele, nesta campanha eleitoral, o partido defenderá que o Brasil precisa urgentemente de um novo marco regulatório para as comunicações.

Propostas neste sentido, no entanto, ficaram de fora do programa de Dilma à reeleição porque não seriam unanimidade entre as outras legendas que compõem a coligação Com a Força do Povo: PMDB/PSD/PP/PR/PROS/PDT/PRB. O programa traz a defesa da “liberdade de informação e de opinião” entre os direitos que devem ser assegurados

aos brasileiros e o compromisso com o fortalecimento da indústria audiovisual brasileira, através do programa “Brasil de Todas as Telas”, mas não vai além no campo da radiodifusão.

As propostas mais avançadas para o campo referem-se à Internet. Ali, uma promessa importante. Diferentemente do que pregou a atual gestão, que defendeu apenas a massificação do acesso à banda larga, o programa de Dilma promete agora a universalização do acesso à rede e a expansão da infraestrutura de fibras óticas. Também fala da utilização da Internet como ferramenta de educação, lazer e instrumento de participação popular, em especial nas decisões do governo. E garante que, se reeleita, a Presidenta continuará a trabalhar pela implementação do Marco Civil da Internet, a mais moderna legislação sobre governança da rede do mundo, criada a partir da participação popular.

Seu principal adversário, o tucano Aécio Neves (PSDB), da coligação Muda Brasil (PSDB/PMN/SD/DEM/PEN/PTN/PTB/PTC/PTdoB), reafirma seu compromisso fundamental com a “liberdade de expressão”, sem explicitar o que quer dizer com isso: se garantir o direito de todos à comunicação

ou usar um neologismo para se contrapor a qualquer forma de regulação do setor.

Seu programa também fala, ainda que de forma superficial e evasiva, em expandir a infraestrutura e o acesso à Internet: “O acesso à comunicação digital é altamente estimulante à participação e colaboração no âmbito das redes sociais. Estimularemos as iniciativas de produção do conhecimento em rede”. Uso da Internet, acesso à rede WIFI, banda larga nas escolas e a utilização de tecnologias de informação e comunicação aparecem como referências rápidas e sem propostas concretas.

Terceiro colocado na corrida presidencial, Eduardo Campos (PSB), da coligação Unidos pelo Brasil (PHS/PRP/PPS/PPL/PSB/PSL), assume uma das pautas defendidas pela sociedade civil no campo das comunicações. Ironicamente, a única já implantada pelo governo Dilma. “Acelerar o processo de aprovação do Marco Civil da Internet de modo a estimular a democratização dos meios de comunicação social, particularmente da mídia eletrônica e as novas tecnologias da informação que propiciem uma democracia mais participativa”, afirma.

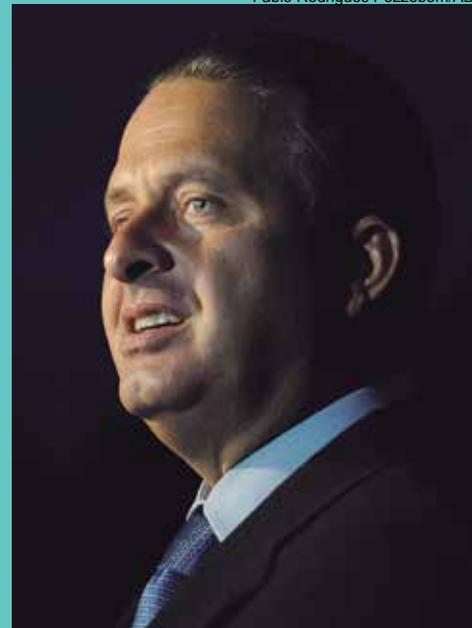
A reportagem da revista **MídiaComDe-**



Dilma Rousseff (PT)



Aécio Neves (PSDB)



Eduardo Campos (PSB)

mocracia tentou ouvir os três candidatos, mas eles não responderam ao pedido de entrevista.

Propostas dos pequenos

Em entrevista à **Mídia Com Democracia**, Pastor Everaldo (PSC), quarto colocado nas pesquisas, se afirmou contrário a qualquer tipo de regulação das comunicações. Seu programa comete o erro conceitual comum aos conservadores de associar censura a regras para o funcionamento do setor. Defende a liberdade de expressão, desde que com a garantia da não intervenção governamental na mídia. Caso eleito, pretende “restringir leis que promovam censura, regulação ou controle dos meios de comunicação”.

O candidato Levy Fidelix (PRTB) passa tangencialmente pela questão da Internet. “Os serviços de comunicações terão ênfase na interação cada vez maior entre o Poder Público concedente e o privado, que deverá reduzir drasticamente os valores cobrados do consumidor/usuário na melhoria dos serviços prestados, inclusive à universalização da banda larga em todo o país”, diz o texto.

Já o candidato Eduardo Jorge (PV) propõe a extinção do Ministério das Comunicações, que viria a ser abrangido pelo da Infraestrutura, mesmo destino das pastas de Transportes e Turismo. Ele também fala em “explorar a possibilidade de consultas por via eletrônica (internética) para agilizar, ampliar e tornar mais sustentáveis do ponto de vista orçamentário as consultas e debates populares sobre a cidade”.

Eymael (PSDC) dedica poucas linhas do seu programa para defender que, na sociedade do conhecimento, o acesso no plano escolar ao uso de equipamentos de informática, Internet e banda larga será uma das suas ações prioritárias. À nossa reportagem,

esclareceu que pretende “cumprir e fazer cumprir a Constituição”, além de discutir as propostas surgidas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) com a sociedade e os representantes do segmento.

A democratização para os pequenos partidos de esquerda

Luciana Genro (PSOL) é a única que se compromete textualmente com propostas defendidas pelos movimentos, inclusive o novo marco legal da comunicação. “A quebra dos oligopólios midiáticos e sua política de voz única terá atenção especial, com ênfase para o fim da propriedade cruzada dos meios de comunicação. Nosso incentivo será para instrumentos de comunicação alternativos, como rádios e TVs comunitárias, e aos meios públicos de mídia. Além disso, daremos ênfase a instrumentos de participação popular”, afirma seu programa.

À **Mídia Com Democracia**, a candidata elencou como medidas prioritárias a defesa da complementariedade dos sistemas público, privado e estatal de comunicação e a garantia de avaliações para renovação das concessões de rádio e televisão, para que sejam observados os aspectos social, educativo e público, sem incitação de preconceitos ou conteúdo apelativo. Segundo ela, esta última medida “é importante também para enfrentar o tema das concessões para políticos, que se beneficiam com veículos à revelia das leis”.

Nas 19 propostas apresentadas por Zé Maria (PSTU), a comunicação não é contemplada. Mas, em entrevista à revista, o candidato admitiu a importância do tema, embora não considere que as propostas defendidas pela sociedade civil sejam suficientes para reverter a brutal concentração dos meios. Ele

concorda que é preciso limitar a propriedade cruzada e criar as condições para que os segmentos sociais tenham a possibilidade de terem os seus próprios meios. E se propõe a realizar “uma espécie de reforma agrária na comunicação”.

Mauro Iasi (PCB) defende o estímulo à “luta continental contra a mafiosa Sociedade Interamericana de Imprensa, em defesa da imprensa popular e independente, pela democratização e controle social da mídia”, além do enfrentamento à “descarada espionagem estadunidense em nossos países”. Nos 21 pontos iniciais propostos para uma alternativa socialista para o Brasil, inclui a reversão das privatizações e estatização de setores estratégicos, incluindo a comunicação.

Rui Costa Pimenta (PCO) defende a igualdade de condições de acesso de todos os partidos aos meios de comunicação de massa e a estatização das grandes empresas privadas do setor cultural. Também propõe a construção de uma imprensa independente, que se contraponha ao atual modelo “capitalista, reacionário e golpista”.

Poder e medo

Para o professor aposentado de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Venício Lima, a inexistência da pauta da comunicação no debate eleitoral revela, por um lado, o imenso poder dos poucos grupos que dominam a chamada mídia tradicional brasileira de interditar uma discussão que não lhes interessa e, de outro, o medo histórico que os candidatos têm de enfrentar esses grupos.

“A comunicação tecnologicamente mediada alcança um lugar muito especial nas democracias contemporâneas, porque os grupos que as dominam podem tornar as coisas públicas valoradas de acordo com seus pró-

prios interesses. E, especialmente no caso brasileiro, os candidatos simplesmente têm medo de enfrentá-los, porque precisam de visibilidade positiva. Então, são duas faces de uma mesma moeda: de um lado o poder; de outro, o medo”, afirma.

Venício Lima defende um novo marco regulatório das comunicações como forma de combater o que classifica como “corrupção permanente da opinião pública”. Segundo ele, apesar do advento da Internet, é a chamada mídia convencional que continua a pautar o debate público. “Como esses pouquíssimos grupos que dominam o que se chama de mídia tradicional filtram a oportunidade de acesso e de representação do conjunto da população ao debate público, o que resulta desse debate é uma opinião pública que serve a interesses particulares”, esclarece.

Rosane Bertotti atribui a ausência do tema no debate eleitoral ao fato que, no Brasil, a comunicação não é tratada como um direito do cidadão, que precisa ser garantido e estimulado por políticas públicas adequadas, mas sim como um espaço de manipulação e reafirmação do poder privado dos poucos grupos que detêm as concessões.

“Pela forma como se organizou a estrutura da comunicação no país, mesmo os candidatos que concordam com a importância deste debate entendem que pautá-lo no momento eleitoral é fazer um enfrentamento que não ajudaria no diálogo com a sociedade. Portanto, esta é mais uma demonstração do quanto o monopólio da comunicação no Brasil e, em tese, o debate sobre a democratização da mídia interferem na democracia, ainda que de forma diversa”, avalia.

Bruno Cruz acrescenta que a agenda da democratização da comunicação no Brasil é alvo de uma disputa que confunde muitos setores da sociedade. De um lado, os donos dos veículos classificam como censura qualquer tentativa de regulação da mídia e, de outro, parte dos movimentos sociais defendem para si o “direito” de propagar, na mesma amplitude, os mesmos vícios e práticas, sob a bandeira de uma falsa pluralidade.

Os avanços necessários

No documento que será encaminhado aos/às candidatos/as, o FNDC lembra que, desde a eleição de 1989, que marcou o final de 25 anos de ditadura, o Brasil já foi às urnas sete vezes para eleger um novo Presidente. Nesses 25 anos que se passaram, foram muitas as conquistas na construção da democracia brasileira. Mas, no terreno da comunicação, muito pouco se avançou. O marco legal do setor permanece tendo como base



Luciana Genro (PSOL)

o Código Brasileiro de Telecomunicações de 1962, alterado parcialmente apenas em 1996, no auge do avanço do neoliberalismo no Brasil, para permitir a privatização do sistema de telefonia.

“A democracia brasileira cresceu muito, criou vários espaços e instrumentos de construção de diálogo social e participação em vários aspectos. Porém, em vários campos não há esta participação, e a comunicação é um deles. Não há nenhum espaço de participação e influência de fato na política de comunicação do país”, afirma a coordenadora do FNDC.

Na carta, as entidades que compõem o Fórum alertam que o cenário atual é de brutal concentração dos meios, tanto na radiodifusão quanto na comunicação impressa. “Não há mecanismos transparentes e democráticos para a concessão dos canais de radiodifusão e não existe uma política explícita no país para garantir a complementaridade do sistema, como previsto na Constituição. Isso faz com que o Brasil não conte com um campo público de comunicação robusto como outros países, o que aumenta o poder de mercado do setor privado/comercial”, diz o texto.

Ressaltam, ainda, que o país só possui dispositivos de fomento à produção nacional, regional e independente para a TV por assinatura, garantidos pela Lei 12.485/2011. Na TV aberta, que é objeto de concessão e atinge a quase totalidade dos brasileiros, não há obrigação ou contrapartida dos concessionários, prevalecendo a concentração da produção no eixo Rio/São Paulo. Para agravar, grande parte dos canais exhibe mais produção estrangeira do que nacional, cres-



Pastor Everaldo (PSC)

cem os casos de sublocação de horários e de transferência de concessões de forma irregular, sem qualquer debate público. A crítica se estende ao processo de digitalização da radiodifusão, que está sendo conduzido sem a participação social, pautado apenas no interesse do mercado.

A experiência positiva relatada na carta do FNDC é a recente aprovação do Marco Civil da Internet, apontado como uma das legislações mais avançadas do mundo para estabelecer os direitos e deveres dos internautas na rede mundial de computadores. Tal conquista só foi possível em razão da ampla mobilização em torno do tema e porque a construção desta proposta se deu de forma colaborativa pela Internet e outros mecanismos de participação e ausculta da sociedade, como audiências e consultas públicas.

O representante da Fenaj defende os mecanismos de participação social como caminho imprescindível para democratizar o sistema midiático. “É necessária a criação de um Conselho Nacional de Comunicação como órgão máximo de um sistema com capilaridade em todo país, que seja capaz de identificar abusos e aplicar sanções contra eventuais ataques aos direitos humanos, coletivos ou individuais, a preceitos estabelecidos sobre proporcionalidade e conteúdo de programação entre outras questões”, acrescenta Cruz.

“A experiência vivenciada neste último período, para a construção do Marco Civil da Internet, é uma demonstração de que, quando se cria instrumentos de participação social e de democracia, quando há diálogos, a política pública sempre sai ganhando”, conclui Rosane Bertotti. ■

Os programas de governo dos candidatos/as à Presidência da República foram registrados no TSE no dia 5 de julho de 2014 e podem ser acessados pela internet no endereço: <http://divulgaand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/eleicao/2014/UF/BR/candidatos/cargo/1>.

Reformar a política e democratizar a mídia: necessidades da democracia brasileira

Na simbiose formada entre políticos conservadores e donos da mídia, uns defendem com unhas e dentes os interesses dos outros, e vice-versa. Assim, parlamentares são contra a reforma da mídia e a mídia é contra a reforma política. Saem perdendo o povo e a democracia brasileira.

Por Paulo Victor Melo*

Os milhões de brasileiros e brasileiras que foram às ruas em junho de 2013 denunciaram em alto e bom tom o fosso existente entre o povo e as diferentes instituições que comandam o país – do Congresso Nacional aos Poderes Executivos, em seus mais diferentes níveis, passando também pelo Judiciário. Nos cartazes e faixas, jovens disseram: “essa política não nos representa”.

Não é difícil entender por que. Bas-

ta olhar para a composição do Congresso Nacional para compreender o tamanho da distância entre o conjunto da população brasileira e aqueles que, historicamente, comandam a política no país. Segundo dados do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar):

- mais de 70% dos parlamentares são fazendeiros e empresários (da educação, da saúde, industriais, etc), sendo que maioria da população é composta de trabalhadores e camponeses.

- somente 9% são mulheres, sendo que elas correspondem a mais da metade da população.

- 8,5% são negros, sendo que 51% dos brasileiros se autodeclararam negros.

- menos de 3% são jovens, sendo que a população de 16 a 35 anos corresponde a 40% do eleitorado do Brasil.

Ou seja, o resultado do sistema eleitoral hoje em funcionamento é um quadro marcado por uma profunda distorção da realidade do país. Mudar este cenário exigiria a realização de uma das reformas mais estruturantes em nossa sociedade, a Reforma Política, que até hoje não saiu efetivamente do papel porque aqueles que, historicamente, comandam política e economicamente o país querem que tudo continue como está.



Afinal, mudar as regras do jogo atingiria diretamente a seus interesses.

Reconhecendo este obstáculo, centenas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil lançaram uma campanha por um Plebiscito Popular que luta por uma Assembleia Constituinte, eleita exclusivamente para mudar o sistema político brasileiro. A Presidenta Dilma Rousseff chegou a defender uma Constituinte exclusiva para fazer a Reforma Política como resposta às demandas de junho de 2013. Mas rapidamente a proposta foi rechaçada pelos setores mais conservadores, incluindo parcela da mídia comercial, e a iniciativa não avançou.

Por isso, entre os dias 1 e 7 de setembro deste ano, a campanha por um Plebiscito Popular consultará a população brasileira com a seguinte pergunta: “Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?”.

De acordo com informações da Secretaria Operativa Nacional do Plebiscito, já existem mais de 800 comitês populares estaduais, municipais e de base, que serão responsáveis pela organização e coordenação da votação em setembro. Atualmente, esta é a principal bandeira de luta unitária de centrais sindicais, movimentos sociais, juventude, entidades de direitos humanos, partidos progressistas e organizações populares. Com o resultado da votação, os movimentos esperam conseguir pressionar o poder público pela realização da Constituinte exclusiva, alterando finalmente as regras do sistema político brasileiro, de forma a democratizá-lo.

Entre as mudanças propostas pelas organizações que integram a campanha do Plebiscito Popular pela Constituinte do Sistema Político estão:

- enfrentar o poder econômico que controla as eleições, defendendo o financiamento público das campanhas eleitorais. Em 2012, 95% dos recursos totais da campanha eleitoral foram doados por empresas.

- garantir a representação popular, acabando com a votação nominal nas eleições proporcionais e defendendo o voto em lista, elaborada a partir de um programa partidário.

- combater a sub-representação da mulher, com a adoção de listas com paridade e alternância de sexo.

- combater a sub-representação da população negra, criando mecanismos para se alcançar a paridade entre negros e brancos. A mesma preocupação é válida para a representação dos indígenas.

- fortalecer a democracia direta, com o incentivo aos mecanismos de democracia direta como plebiscitos, referendos e

projetos de iniciativa popular, assim como o aperfeiçoamento de instrumentos de democracia participativa e controle social.

Debate interdito

Mesmo com uma ampla mobilização social em torno desta pauta, a principal dificuldade na ampliação da discussão sobre o Plebiscito Popular foi o bloqueio imposto pelos meios de comunicação à iniciativa.

“A grande mídia simplesmente ignorou esta campanha e todas as ações que realizamos, como cursos, atos políticos e mobilizações de rua. Em junho, começamos a receber ataques da revista Veja e de seu colunista Rodrigo Constantino, que escreveu artigos, divulgou vídeos na internet e propagandeou nas redes sociais que o plebiscito é um ‘Projeto Golpista de Constituinte Popular’”, conta Paola Estrada, integrante da Articulação Bolivariana das Américas-Movimentos (ALBA Movimentos), que faz parte da campanha do Plebiscito Popular.

Tal postura não chega a ser uma surpresa. Historicamente, existe uma proximidade muito grande entre os setores político e midiático no âmbito do atendimento aos interesses da elite brasileira e na perpetuação da ausência de participação social nesses espaços.

“De um lado, a mídia atua como um partido político conservador na sociedade, como porta-voz dos interesses da elite econômica no país. De outro lado, o nosso sistema político, baseado na democracia representativa, está cada vez mais dependente do poder econômico, já que o financiamento privado das campanhas é, no fundo, uma maneira de comprometer candidatos e futuros gestores/as públicos/as e parlamentares com os interesses econômicos que

financiaram as campanhas”, explica Renata Mielli, do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e integrante da Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Compreendendo a importância da relação entre a Reforma Política e a democratização dos meios de comunicação, o FNDC aprovou, em sua última Plenária Nacional, em abril deste ano, uma articulação entre a coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática e as mobilizações em torno do Plebiscito Popular – que neste momento enfrentam desafios semelhantes para alcançar o conjunto da população brasileira.

“Os meios de comunicação tentam taxar a luta pela democratização da mídia como a ‘escalada contra a liberdade de expressão’ ou como o ‘fantasma da censura’”, explica Renata. “No caso da Reforma Política, o discurso é o da demonização dos partidos e dos políticos, de que a reforma só ampliaria os privilégios dos corruptos. Então, a nossa luta é quase uma luta para desfazer o senso comum”, acrescenta. “São duas reformas indispensáveis para que possamos avançar na democracia brasileira”, completa.

Não à toa, as vozes das ruas em junho de 2013 também criticaram duramente os meios de comunicação de massa. “A verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura!” foi uma das palavras de ordem mais ouvidas nos protestos.

Ausência de participação popular

Na avaliação do filósofo e coordenador do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), José Moroni, a insatisfação comum com a mídia e o com o sistema

Composição do Congresso Nacional

* 70% de fazendeiros e empresários

* 9% de mulheres

* 8,5% de negros/as

* menos de 3% de jovens



Fonte: Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)



político expressa nas ruas se deve à ausência histórica de participação social nos dois ambientes. “Temos de conjunto um sistema político e um sistema de comunicação altamente elitizados e voltados para atender aos interesses desta elite. São modelos em que não cabe a participação popular, porque a concepção é justamente outra”, acredita Moroni.

Para Renata, este é um dos fatores que reforçam a simbiose de interesses entre a mídia e o que há de mais conservador na política. “Isso amplia a cumplicidade entre os donos da mídia e os políticos e vice-versa. Um defendendo com unhas e dentes os interesses dos outros, que, no fim, são os mesmos. Os parlamentares são contra a reforma da mídia e a mídia é contra a Reforma Política”, afirma Renata.

Outro fator que contribui para que parcela significativa dos parlamentares seja contra a adoção de uma regulação democrática da mídia é o controle de meios de comunicação de massa diretamente por políticos. Os dados mais recentes relativos à propriedade de empresas conces-

sionárias de rádio e TV, sistematizados no estudo *Donos da Mídia* em 2010, apontavam mais de 270 prefeitos, governadores, senadores, deputados estaduais e federais como sócios ou diretores de emissoras de radiodifusão.

Uma ação proposta pelo Intervozes com base no artigo 54 da Constituição Federal, que proíbe o controle de empresas concessionárias por detentores de cargos eletivos, pede que o Supremo Tribunal Federal cancele as outorgas controladas por 40 deputados federais e senadores da atual legislatura.

“O problema é que essas emissoras funcionam permanentemente como instrumento de propaganda de seus donos e de difamação dos adversários, tornando as disputas eleitorais mais desiguais ainda. Além disso, um meio de comunicação se torna um instrumento poderoso de chantagem, manipulações e bajulações, o que fortalece a formação das oligarquias, tanto as rurais quanto as urbanas”, ressalta José Moroni.

“É inegável que, ao serem concessionários destes meios, estes políticos terão poder de decisão na definição da pauta dos

programas de seus veículos, podendo priorizar uma ou outra questão que represente mais seus próprios interesses ou dos setores que eles representam. Esse fato, por si só, gera uma relação desigual, tanto com outros políticos quanto com a população em geral, que participa do processo eleitoral somente através do voto e não pode pautar suas demandas em nenhum grande meio de comunicação”, explica Paola.

Para ela, se os parlamentares são beneficiários do atual sistema de concessão de rádio e televisão, que lhes proporciona lucros e votos, nunca terão interesse em alterar este sistema – da mesma forma que o atual Congresso Nacional não mudará as regras de funcionamento do sistema político. “Não jogarão contra si próprios e contra seus interesses, ou melhor, contra seus privilégios”, critica. Cabe ao povo, portanto, se organizar para transformar duplamente esta realidade. ■

* Com informações da campanha por um Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Para saber mais sobre o Projeto de Lei da Mídia Democrática, visite: www.paraexpressarliberdade.org.br

Para saber mais sobre o Plebiscito Popular pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, visite: www.plebiscitoconstituente.org.br

Nova gestão do Fórum reforça unidade do movimento na luta por um novo marco regulatório

Eleita para o biênio 2014-2015, gestão do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação reúne novas entidades comprometidas com esta agenda e reafirma: aprovação de um novo marco regulatório para o setor é urgente para a democracia brasileira.

Entre os dias 24 e 27 de abril, 80 representantes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil se reuniram na XVIII Plenária Nacional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). O encontro aconteceu na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP, e foi marcado por duas questões centrais: a reafirmação do compromisso do Fórum com a luta por um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil e a importância da unidade dos mais diferentes setores em torno desta agenda.

A partir da análise das teses de conjuntura e de balanço da última gestão do Fórum, os participantes aprovaram um plano de ações do FNDC para o próximo período que tem na coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática uma de suas principais estratégias. Construído com intensa participação das organizações integrantes do FNDC, a partir das resoluções

prioritárias da I Conferência Nacional de Comunicação, o projeto expressa neste momento a etapa de unidade possível dentro do movimento.

“A democratização da comunicação está na trincheira da luta pela democracia na nossa sociedade. Temos que construir o nosso projeto de Lei da Mídia Democrática e fazer dele um instrumento de debate, conscientização e formação política”, avalia a coordenadora geral do FNDC reeleita para este biênio, Rosane Bertotti.

Ao mesmo tempo, o Fórum continuará pressionando e cobrando o governo federal a publicização de uma proposta de um novo marco regulatório pelo Executivo. Para isso, buscará agendar a pauta da democratização da mídia no processo eleitoral deste ano, apresentando aos/as candidatos/as à Presidência da República um documento sobre o tema. A ideia é sensibilizá-los/as a assumir um compromisso explícito com esta pauta

(leia texto na pág.4).

Outros temas prioritários também serão tratados neste biênio, entre eles: a) o fortalecimento da comunicação pública; b) a defesa de uma Internet livre e democrática; c) a implantação e consolidação dos Conselhos de Comunicação; d) a luta por uma radiodifusão comunitária forte e democrática; e) por um jornalismo de qualidade, com profissionalismo, ética e responsabilidade; f) a qualidade do conteúdo na mídia brasileira; g) e o apoio a todas as formas de mídias livres e alternativas.

Renovação e unidade

Durante a plenária, foram eleitas a nova Coordenação Executiva e os novos Conselhos Deliberativo e Fiscal. As entidades organizaram-se em chapa única, eleita pela unanimidade dos delegados.

A Coordenação Geral do Fórum continua a cargo da Central Única dos Trabalhadores (CUT). As demais entidades escolhidas foram: Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Conselho Federal de Psicologia (CFP), Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub), Intervozes, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert).

Além das entidades da Coordenação Executiva, o Conselho Deliberativo passou a ser formado pelas seguintes organizações: Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL), Clube de Engenharia, União de Negros pela Igualdade (Unegro), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), além dos comitês regionais do FNDC no Pará, Distrito Federal, Pernambuco, Santa Catarina e Minas Gerais.

Também foram escolhidas três organizações titulares do Conselho Fiscal: Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), Comitê Regional da Bahia e os comitês regionais do Paraná e Rio Grande do Sul (em revezamento). O Comitê Regional do Rio de Janeiro e a União Brasileira de Mulheres (UBM) serão suplentes na instância.

Nos dias 15 e 16 de agosto, acontece a primeira reunião do novo Conselho Deliberativo. Será um momento estratégico para o planejamento da execução das ações do Fórum no próximo período, aprovadas na plenária de abril. ■



Nova Coordenação Executiva do FNDC, eleita para o biênio 2014-2015



Regulamentação do Marco Civil da Internet é chave para consolidar direitos garantidos na lei

A manutenção da conquista de direitos como a privacidade e a neutralidade da rede, obtidos pela aprovação e sanção do Marco Civil, depende agora da regulamentação da nova legislação. Ministério da Justiça pretende concluir neste ano, via consulta pública, o decreto presidencial que detalhará diferentes aspectos da lei.

Por Deborah Moreira

O que mudou no funcionamento da rede desde que o Marco Civil da Internet (MCI) passou a vigorar, em 23 de junho de 2014? Muito pouco. Foi justamente para manter a rede como ela é que o dispositivo legal foi debatido e construído colaborativamente entre os diversos setores da sociedade civil, até ser aprovado pelo Congresso e sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff.

No entanto, para que os usuários tenham uma navegação democrática e segura, com privacidade e liberdade de expressão plenamente garantidas, alguns artigos da lei 12.965/2014 ainda carecem de regulamentação. A perspectiva do Ministério da Justiça (MJ), encarregado da tarefa dentro do governo, é que o decreto presidencial regulamentando o MCI seja publicado até o final do ano, após a realização de uma nova consulta pública, com ampla participação social.

De acordo com o Ministério, tal consulta ocorrerá nos moldes da construção colaborativa do texto do Marco Civil, que recebeu mais de duas mil contribuições ao longo de sua elaboração. Todos os setores da sociedade serão convidados a debater e a contribuir com a construção do decreto, que deve se dar em duas etapas. Na primeira, um texto base elencando os temas que necessitam de regulamentação será disponibilizado para comentários em uma plataforma digital. Num

segundo momento, o MJ deverá compilar as informações e elaborar uma minuta de decreto, que também será submetida à apreciação pública. O prazo para lançamento da consulta pública ainda não foi definido, mas cada etapa deve durar pelo menos 30 dias.

“Será uma nova construção colaborativa, para coletar sugestões sobre os pontos passíveis de regulamentação. Não será um posicionamento do Ministério, mas sim um debate amplo e aberto a todos os brasileiros”, explica Marcio Freitas, assessor especial do ministro José Eduardo Cardozo e um dos responsáveis pelo processo de regulamentação.

Criador do Partido Pirata do Brasil e ativista do Movimento Mega Não, que participou ativamente das mobilizações em prol da aprovação do MCI, Paulo Rená avalia que o início da consulta pública dependerá muito da conjuntura política.

“Há a expectativa de que ela seja lançada em um curto prazo, até para que possamos ter mais tempo para os debates e o aprimoramento da regulamentação. Mas, em um cenário eleitoral favorável à reeleição de Dilma, é possível que a consulta não seja aberta em um primeiro momento. Por outro lado, não se pode esperar muito. Após o término do processo eleitoral, restarão apenas dois meses para o fim do mandato da Presidenta Dilma, que foi quem promoveu este debate”, avalia Rená.

O professor da Universidade Federal do

ABC e especialista do setor, Sérgio Amadeu, é mais pessimista. Para ele, o governo não conseguirá submeter um decreto à consulta pública a tempo de garantir um debate razoável, que alcance as redes sociais. “Acho difícil sair antes do fim das eleições. Mesmo porque, nesse processo misturado à disputa eleitoral, o poder econômico que financia campanhas políticas acaba se sobrepondo. Neste quadro, grupos que olhariam a consulta pública com mais racionalidade e poderiam ter uma posição mais alinhada aos ativistas, podem se colocar contra alguns debates por conta do processo eleitoral”, acredita.

O que deve ser regulamentado

A maior parte do Marco Civil da Internet estabelece direitos dos usuários e aspectos para o funcionamento da rede no Brasil que já estão em vigor desde junho passado, devendo, portanto, ser respeitados desde já pelas empresas. Um exemplo é a questão da autorização para coleta e armazenamento de dados pessoais.

“O Marco Civil define que o usuário deve firmar um termo de autorização separado para isso. Os provedores tiveram 60 dias para se adequar e encontrar o modelo de autorização que melhor lhes parece”, explica Veridiana Alimonti, advogada e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Segundo ela, a definição sobre como será este termo cabe às empresas e não requer regulamentação específica, e por isso a

prática deve ser cumprida desde já.

Já o artigo 9o, que define a neutralidade de rede, é um dos passíveis de regulamentação. Ele prevê que serão admitidas exceções à regra e que, em alguns casos, a neutralidade poderá ser quebrada, havendo “discriminação ou degradação do tráfego”.

Sergio Amadeu alerta que, no momento da regulamentação, as operadoras de telecomunicações, que sempre foram contrárias à neutralidade de rede, pressionarão para ampliar as possibilidades de exceção a serem definidas. Se não se sentirem contempladas, elas poderão, inclusive, chegar aos tribunais, movendo ações contra a neutralidade prevista no MCI. “O princípio está claro na lei: não pode haver discriminação de pacotes por motivo econômico, político, cultural, religioso ou comercial. Esse segmento empresarial não respeita lei, mas estamos bem calçados e instrumentalizados para travar essa luta”, afirma.

A regulamentação do Marco Civil também deve abarcar o detalhamento das políticas públicas a serem adotadas pela União, estados e municípios no desenvolvimento da Internet no Brasil, previstas nos artigos 24 a 28 da lei. Assim, será preciso estabelecer como o Executivo deverá agir ou o que deverá priorizar para melhorar o funcionamento da rede, desde a realização de estudos periódicos sobre o uso e desenvolvimento da Internet no país até a adequação da educação para que exista capacitação técnica para o setor.

“Neste sentido, é importante destacar que o Marco Civil reconhece, em lei, algo que as organizações da sociedade civil já vêm dizendo há muito tempo: a essencialidade do acesso à Internet para o exercício da cidadania. E, quando um serviço de telecomunicações é considerado essencial, ele deve ser prestado com obrigações de universalização, de qualidade e de modicidade tarifária, como hoje a telefonia fixa é”, destaca a pesquisadora do Idec.

A regulamentação da privacidade

Um dos pontos da regulamentação do MCI mais aguardados por ativistas e organizações da sociedade civil que defendem a

liberdade na rede é o artigo 15, que determina a obrigatoriedade da guarda de dados dos usuários por provedores de aplicação (como Google e Facebook) por seis meses. Incluído no texto a partir de uma demanda da Polícia Federal e de setores do Ministério Público, o artigo, na avaliação de especialistas, abre margem para a vigilância em massa na Internet.

Na União Europeia, o Tribunal de Justiça chegou a declarar a ilegalidade da retenção de dados em ocasiões que não sejam estritamente necessárias. O argumento da decisão foi que a medida representa uma grave interferência no direito fundamental à privacidade. No Brasil, dezenas de organizações chegaram a pedir o veto da Presidenta Dilma ao artigo 15 antes da sanção do MCI, mas ele não ocorreu. Agora, esperam minimizar seu impacto na privacidade dos usuários com a regulamentação da lei, que precisará definir, por exemplo, em que tipo de ambiente e sob quais mecanismos de segurança esses dados deverão ser mantidos em sigilo. O mesmo deve ocorrer com o artigo 13, que impõe a guarda de registros de conexão por um ano.

Para além da ameaça à privacidade dos internautas, os dois artigos resultarão em custos extras de coleta e armazenamento de dados para inúmeros sites cujo modelo de negócios não prevê a guarda de dados dos usuários. O financiamento de tais custos pode impulsionar um mercado de venda de dados, com danos ainda maiores para a privacidade da população.

Para evitar tais riscos e também que o lobby das operadoras de telecomunicações resulte em retrocessos na regulamentação do texto, as organizações da sociedade civil que trabalharam pela aprovação do MCI alertam: é preciso que a população participe ativamente da regulamentação do MCI.

“A consulta pública deve reforçar o que a sociedade civil deseja: as liberdades fundamentais e a neutralidade da rede. E também retirar o impacto negativo em alguns pontos, como o artigo 15, que prejudica o próprio estado geral do Marco Civil”, enfatiza Amadeu. “Do projeto original à versão aprovada no Congresso, houve mudanças que teremos mais dificuldade de reverter. Mas precisamos agir”, afirma.

Quem fiscaliza?

Os artigos 30 e 31 do MCI estabelecem que a defesa dos interesses e dos direitos contidos na lei poderão ser reclamados individual ou coletivamente, na forma das leis brasileiras e em órgãos como o Ministério Público, os juizados especiais cíveis e os Procons. O desafio é preparar esses órgãos para a garantia dos novos direitos estabelecidos no Marco Civil.

Veridiana Alimonti acredita que eles precisarão de alguma preparação para atuar em questões mais técnicas. “Esse suporte pode vir a ser dado pela Secretaria Nacional do Consumidor, ligada ao Ministério da Justiça”, sugere. Mas Márcio Freitas lembra que os órgãos de defesa do consumidor já prestam atendimentos relacionados à Internet e provedores. “Competências específicas podem ser criadas, mas, inicialmente, não há necessidade. A Anatel é quem cumpre hoje esse papel de receber reclamações das operadoras de telefonia”, explica.

Debates futuros

Após a regulamentação do MCI, será preciso avançar em outros aspectos da regulação da Internet e de assuntos correlatos, como a questão da proteção de dados. Uma proposta do Executivo para uma nova lei nesta área já está em elaboração.

“É uma lei mais ampla e que pisa no calo de muita gente grande, como as financeiras, as operadoras de cartão de crédito e empresas que trabalham com cadastros. Todas serão afetadas e esta será uma briga pesada no futuro”, avalia Rená.

Outro tema é a reforma da Lei de Direitos Autorais, que em breve poderá ocupar a agenda do Parlamento brasileiro. “Mas são assuntos que ainda não têm apelo público. A falta de informação pode ser uma barreira para a popularização do tema”, pondera o representante do Partido Pirata do Brasil, que aposta que o debate ainda vai evoluir muito nos próximos anos. Sergio Amadeu também tem a expectativa de que a internet ganhará mais espaço nas rodas de debate. “Nós mal começamos a briga para manter a internet livre, aberta e diversificada. Temos que continuar”, alerta. ■



Mobilizações no Senado e na Câmara dos Deputados foram fundamentais para a aprovação de uma das leis mais avançadas sobre Internet do mundo



Lidyane Ponciano

Campanha cobra do Brasil concessão de asilo para Snowden

Organizações nacionais e internacionais entregam carta ao governo brasileiro pedindo uma resposta à solicitação de asilo político feita pelo ex-funcionário da Agência Nacional de Segurança norte-americana.

Por Najla Passos

Enquanto a Presidenta Dilma Rousseff recebia outros chefes de Estado para a 6ª Cúpula do BRICS, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, no último dia 16 de julho, do outro lado da Esplanada, no Ministério da Justiça (MJ), representantes de mais de 70 organizações nacionais e internacionais – entre elas o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) – protocolavam uma carta endereçada a ela cobrando um posicionamento oficial do governo brasileiro sobre o pedido de asilo político feito pelo ativista norte-americano Edward Snowden. Em junho de 2013, Snowden, ex-funcionário da Agência Nacional de Segurança (NSA) norte-americana, denunciou ao mundo a espionagem ilegal praticada pelos Estados Unidos contra governos e cidadãos de vários países, incluindo a própria president

brasileira e a estatal Petrobrás (veja quadro).

Recebidos pelo Secretário-Executivo do MJ, Marivaldo Pereira, eles explicaram por que a questão era tão urgente: o visto provisório concedido ao ativista pelo governo russo venceria em 15 dias, e o Brasil, cuja tradição em conceder asilo é reconhecida internacionalmente, ainda não havia se pronunciado sobre o pedido, encaminhado ao país há cerca de um ano.

Diretora no Brasil da Internet Sans Frontières, Florence Poznanski alegou que, desde que as revelações de Snowden vieram a público, o Brasil tomou a frente no combate à espionagem ilegal norte-americana. A Presidenta Dilma Rousseff discursou na Organização das Nações Unidas (ONU) contra a prática, em setembro de 2013, propondo novos termos para o debate sobre a governança mundial da Internet. E, em desagravo à maior potência

mundial, recusou-se a ser recebida com honras de chefe de Estado em Washington pelo Presidente Barak Obama.

A ativista argumentou que, devido às mobilizações e campanhas que sucederam o escândalo, o Congresso brasileiro conseguiu aprovar o Marco Civil da Internet, um dos textos mais avançados do mundo no que diz respeito às garantias e direitos dos usuários na rede. A legislação, construída com participação social e defendida pelo governo com o apoio de organizações de defesa da liberdade de expressão, tornou-se referência global. “Agora, essas 70 entidades consideram que o Brasil deve dar asilo à pessoa que desencadeou todo esse processo”, cobrou Florence.

Mistério burocrático

Na carta endereçada à Presidenta, as organizações lembram que, durante o NETMun-



Antonio Jacinto Indio

dial – Encontro Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet, realizado no Brasil em abril deste ano, até mesmo o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, reconheceu a importância do ativista norte-americano na nova discussão acerca da governança da internet. “Se não fosse nosso amigo Snowden e todo o processo desencadeado a partir da denúncia que ele fez, certamente não estaríamos aqui neste momento”, afirmou à época.

Contraditoriamente, a resposta do governo brasileiro ao pedido tem sido uma sucessão de evasivas, ressaltaram as entidades. Os ministros das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, e da Justiça, José Eduardo Cardozo, têm declarado que o país jamais recebeu um pedido de asilo formal do ativista, embora o próprio Snowden e seus interlocutores tenham reafirmado seu encaminhamento e já tenham se prontificado a corrigir eventuais erros burocráticos que venham a ser apontados.

Accionados, via Lei de Acesso à Informação, pelas entidades que participam da campanha em apoio ao asilo de Snowden, o Itamaraty e o Ministério da Justiça reafirmaram as declarações dos ministros formalmente: nunca receberam um pedido oficial de Snowden – o que gera um mistério burocrático na questão. O consenso entre as entidades é que, ainda que o pedido de Snowden não tenha chegado às autoridades brasileiras devido a algum erro de formalização, a questão agora é política.

Pela legislação brasileira, a concessão do asilo a perseguidos políticos é prerrogativa do Presidente da República. E Snowden atende aos requisitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário: após revelar ao mundo como funciona o esquema secreto da espionagem norte-americana, foi apontado como inimigo público número 1 pelo seu país. Washington, inclusive, confirmou a intenção de processá-lo por traição.

Com o passaporte suspenso, o ativista chegou a ficar retido na área de trânsito do aeroporto Sheremetyevo, em Moscou, por quase um mês. De lá, encaminhou pedido de asilo para 20 países, incluindo o Brasil. Recebeu retorno negativo da maioria. Acabou conseguindo um visto provisório para passar um ano na Rússia, onde se encontra no momento.

No início de agosto, após o vencimento da autorização temporária, em 31 de julho, a imprensa internacional divulgou que a Rússia concedeu agora a Snowden um visto de três anos, que permitirá ao norte-americano trabalhar e, inclusive, viajar para fora do país. No entanto, ameaçado de morte, Snowden vive em endereço desconhecido até mesmo pelos amigos mais próximos. E já manifestou reiteradas vezes que preferiria viver no Brasil.

Direitos Humanos e soberania

Membro da Comissão de Relações Exteriores, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que participou da entrega à carta ao Ministério da Justiça, avaliou que, além de ter tradição em conceder asilo, o Brasil precisa defender sua soberania. “O governo brasileiro já deu uma resposta dura do ponto de vista das relações internacionais, mas ela precisa ter consequências concretas”, afirmou. Ele ressaltou que o Congresso brasileiro aprovou a ida de uma comissão de parlamentares à Rússia para verificar as condições de vida de Snowden, além de interpellá-lo sobre o pedido de asilo feito ao Brasil. “Só estamos aguardando o aval da Embaixada da Rússia para embarcarmos”, disse.

Seu colega de bancada, o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), acrescentou que a falta de um posicionamento sobre o pedido é um cenário muito ruim. Segundo ele, “há um amplo apoio popular à Snowden, que virou o herói dos povos espionados”.

Florence Poznanski também avaliou que a concessão do asilo será uma medida altamente popular para o Brasil. Segundo ela, além do apoio oficial das 70 entidades, a iniciativa ganhou a simpatia de mais de um milhão de pessoas que, no início do ano, assinaram petição no site da Avaaz, um dos principais canais de mobilização social pela Internet do mundo. A petição, entregue ao Itamaraty, afirmava que “como líder de um movimento global pela liberdade na Internet e pela privacidade, o Brasil é o lar perfeito para um homem que sacrificou sua vida para divulgar a invasiva e ilegal espionagem dos EUA”.

“Neste momento, este quadro de indefinição, somado a uma eventual negativa do governo brasileiro em acolhê-lo, pode afetar a própria credibilidade do país em relação a suas ações futuras no âmbito da governança da Internet. Seria lamentável”, concluiu a diretora da Internet Sans Frontières. ■

Quem é Edward Snowden

Ex-analista da CIA e da NSA, o norte-americano Edward Snowden se tornou conhecido internacionalmente em junho de 2013, quando decidiu denunciar a espionagem ilegal praticada pelos Estados Unidos contra países e cidadãos do mundo todo. Ciente das represálias que viria a sofrer por revelar segredos de Estado espinhosos da potência mais influente do mundo, contactou o jornalista inglês, radicado no Brasil, Glenn Greenwald e, durante encontro em Hong Kong, repassou a ele os milhares de documentos comprobatórios.

De imediato, os Estados Unidos apresentaram uma denúncia formal contra ele por vazamento de informações secretas, cancelaram seu passaporte e solicitaram sua extradição. No dia 23 de junho, Snowden embarcou em voo comercial de Hong Kong para Moscou. Acabou retido na área de trânsito do Aeroporto Internacional Sheremetyevo, na capital russa, até 1º de agosto, quando conseguiu asilo político provisório naquele país. Pelos serviços prestados à luta pelos direitos humanos e à defesa da soberania dos países, Snowden foi indicado ao Nobel da Paz e recebeu vários outros prêmios internacionais.



Expansão da banda larga virá sem obrigações e com prejuízo para as TVs públicas

Leilão da faixa de 700 MHz, que passará a ser usada para a tecnologia de Internet 4G, tem como objetivo principal arrecadar recursos para o caixa do Tesouro Nacional. Em função desta prioridade, ao contrário de leilões anteriores, quem sair vencedor na compra do espectro não terá obrigações de investimento em cobertura e qualidade do serviço ofertado. Espaço para a expansão do sistema público de televisão também não está garantido

Por Jonas Valente

Em outdoors e na TV, pipocam comerciais de serviços da Internet com tecnologia 4G. A nova geração da web móvel teve sua implantação iniciada no Brasil com a licitação da faixa de espectro de 2,5 GHz, em 2012. Mas a aposta para a expansão dessa tecnologia em todo o país está no leilão da faixa de 700 MHz, atualmente ocupada pelos canais de TV 52 a 68 do UHF. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) já finalizou a consulta pública em torno da proposta de edital para o leilão, e acerta agora os últimos detalhes da iniciativa com o Tribunal de Contas da União. A previsão, divulgada até o fechamento desta edição, era a de realização do leilão no mês de setembro.

Segundo a Anatel, a escolha da faixa de 700 MHz para a internet 4G segue padrões da União Internacional de Telecomunicações: ela “permitirá ganhos de escala em equipamentos de rede e terminais para usuários de serviços de telecomunicações, e possibilitará redução de custos”. Segundo a proposta preliminar apresentada pela agência, a faixa será leiloada em 18 lotes, divididos em quatro áreas geográficas.

“Na faixa de 700 MHz, o atendimento é muito favorável para maiores áreas geográficas, levando o serviço a áreas periféricas das cidades ou mesmo a cidades com menor densidade demográfica”, explica Edison Lima, dirigente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel).

No entanto, para o engenheiro Takashi Tome, especialista em telecomunicações, a propaganda feita em torno da faixa dos 700 MHz não se sustenta. “A largura de banda

disponível em 700 MHz e as condições de propagação não são adequadas para a esperada supervelocidade do 4G. O que a Anatel pretende, de fato, é que as operadoras usem a mesma tecnologia no 4G, chamada LTE, que apresenta desempenho melhor do que o 3G, mas não o 4G em si”, rebate.

Para além da divergência em relação ao padrão tecnológico, especialistas apontam que, por trás da suposta boa intenção da expansão dos acessos à Internet no Brasil, está na verdade o objetivo de arrecadar recursos para o Tesouro com o leilão da faixa de 700 MHz – algo que impacta a lógica e o formato previsto para o leilão. A previsão é que a venda destine mais de R\$ 8 bilhões aos cofres públicos.

“O leilão está seguindo viés claramente arrecadatário”, afirma a advogada Flavia Lefèvre, ex-integrante do Conselho Consultivo da Anatel e representante do Instituto Proteste, especializado em direito do consumidor. No afã de obter receitas, sustenta a advogada, o governo se precipitou para vender a faixa, uma vez que mais de um terço dos municípios sequer são atendidos pela tecnologia da geração anterior, a internet 3G.

Para Veridiana Alimonti, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o foco na arrecadação financeira fez com que governo e Anatel deixassem de incluir novas obrigações de cobertura e qualidade do serviço ofertado aos vencedores do futuro leilão. Assim, quem levar os lotes poderá, inclusive, usar a nova faixa dos 700 MHz para concluir as exigências de cobertura previstas na licitação anterior, da faixa de 2,5 GHz, que ocorreu há dois anos.

“A inexistência de metas obrigatórias no

leilão da faixa de 700 MHz é o desperdício de uma grande oportunidade para estabelecer obrigações às prestadoras no sentido de ampliar a cobertura do serviço móvel, melhorar sua qualidade onde ele já seja oferecido ou mesmo reduzir os preços dos pacotes de banda larga móvel, em especial os de franquia de dados mais elevadas”, critica a representante do Idec.

Interferência nos sinais de TV

Já engenheiros do setor apontam outro problema no leilão, que deve ser sanado antes da destinação da faixa de 700 MHz para a Internet 4G: as interferências entre sinais dos serviços de banda larga móvel e televisão que devem ocorrer enquanto a faixa for ocupada simultaneamente pelos dois tipos de comunicação. Ainda não há uma definição clara da Anatel acerca do cronograma geral para a desocupação da faixa pelos canais de TV, que deve se dar de maneira gradativa até 2018.

“De acordo com especialistas, não foram realizados estudos suficientes que possam garantir que o rearranjo das frequências dos 700 MHz, hoje ocupadas pelos radiodifusores, não causará problemas técnicos de interferência entre os serviços de telecomunicações e radiodifusão, o que reforça a precipitação do leilão”, alerta Flavia Lefèvre.

Durante a consulta pública e nas audiências realizadas pela Anatel para discutir o edital do leilão e o regulamento de convivência dos dois serviços, este risco foi apresentado de forma enfática por representantes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert) e da Sociedade de Engenharia de Televisão (SET). Em maio deste ano, a SET emitiu comunicado alertando que os testes feitos pela Anatel possuem falhas, que os mecanismos para evitar interferências previstos na resolução da agência são insuficientes e que, em razão deste problema, milhões de telespectadores seriam obrigados a trocar as antenas de seus equipamentos.

Prejuízo para emissoras públicas

O prejuízo para as emissoras públicas, no entanto, pode ir muito além do impacto na qualidade do sinal de TV. Desde 2009, a por-



taria no 24 do Ministério das Comunicações reservou uma parte significativa da faixa dos 700 MHz para as emissoras públicas e estatais: os canais 60 a 68. Com a desocupação da faixa para a Internet 4G, todos os canais de TV precisarão ser realocados em outra faixa do espectro. A promessa é que as emissoras recebam outro canal e estrutura de transmissão semelhante à hoje instalada por elas. Este processo de migração e ressarcimento será feito por uma Entidade Administradora (EAD), e pago com os recursos arrecadados no leilão. Com eles, também serão adquiridos e fornecidos receptores de TV Digital para famílias inscritas no cadastro de programas sociais do Governo Federal.

No entanto, como em diversas capitais e nas maiores cidades do país o espectro já está congestionado, havendo dificuldades para encontrar espaço para novos canais, as emissoras do sistema público foram jogadas

“para o fim da fila” no processo de realocação, atrás até mesmo de serviços auxiliares de radiodifusão, que não envolvem a geração de conteúdo, como links entre antenas. Sem espaço, algumas TVs públicas foram “empurradas” a buscar uma solução na faixa do VHF, atualmente usada pela TV aberta analógica, mas ainda em teste para a transmissão do sinal digital. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a TV Brasil em Campinas, cidade do interior de São Paulo.

“Não é uma mera mudança de espaço. É um desmonte”, critica a jornalista Rita Freire, vice-presidente do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, responsável pela TV Brasil, única emissora pública de alcance nacional.

Na avaliação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), o tratamento dado às emissoras do campo público nessa proposta da Anatel vai de encontro

à diretriz estabelecida no Artigo 223 da Constituição Federal, que determina a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal.

Em cidades onde não há canais disponíveis, além da dificuldade de se encontrar espaço para as emissoras já em operação, será bloqueada qualquer possibilidade de expansão da rede pública. Assim, inviabiliza-se o crescimento da Rede Nacional de TV Pública e da Rede Legislativa de TV, assim como a criação de novos canais públicos e comunitários previstos no Decreto 5.820/2006, que implantou a TV Digital no Brasil. “As emissoras que ainda não estão em operação, mas que estão previstas no decreto, sem dúvida enfrentarão dificuldades decorrentes da redução do espectro e a consequente redução dos canais disponíveis”, avalia Armando Bulcão, da Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU).

“O maior prejuízo é o fato de não ter havido uma reserva de canais para as emissoras públicas. Em dezenas de capitais, no interior de São Paulo, no entorno de Belo Horizonte, por exemplo, o espectro está totalmente tomado por emissoras comerciais. Não há hipótese de canais para ‘novos entrantes’. Ou seja, a janela de oportunidade que se abriu com a adoção do padrão de TV digital no Brasil já se fechou, e quem não entrou no espectro agora não entra mais”, reforça Evelin Maciel, da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral).

O presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Nelson Breve, lembra que a expansão do 4G não resolverá o desafio do acesso ao conhecimento e às tecnologias da informação da população. Neste sentido, a TV digital (em especial, funcionalidades como a interatividade permitidas pela nova tecnologia) deve ser explorada para beneficiar quem terá dificuldades para adquirir um serviço de acesso à Internet.

“A prioridade da banda larga não pode excluir a prioridade da comunicação pública, pois ainda há um segmento muito grande da população que não terá acesso à banda larga por muitos anos. E, se quisermos reduzir a assimetria de acesso ao conhecimento, precisaremos pensar nas duas pontas: no avanço tecnológico da banda larga e no avanço tecnológico da radiodifusão”, afirma Breve.

Alice Campos, da Frente de Valorização das TVs do Campo Público (Frenavatec), lembra que são decisões políticas como esta que reforçam a condição marginal das emissoras públicas e dificultam que esses veículos mostrem seu potencial à população brasileira, e se constituam como alternativa cultural e estética. “Se continuarmos assim, continuaremos com baixa audiência, conteúdos medíocres, pouca acessibilidade para a população em geral”, destaca. ■

País vai ganhar mais de 200 TVs públicas com Canal da Cidadania



Previsto no decreto que definiu as regras para implantação da TV Digital no país, o Canal da Cidadania vem para ampliar o espaço da comunicação pública nos municípios brasileiros. A faixa pode ser usada para transmitir até quatro programações simultâneas e será usada prioritariamente pelas TVs comunitárias

Por Mônica Mourão

A esperança parece vir, finalmente, pelas antenas de TV. Ao menos no que diz respeito a iniciativas de ampliar a pluralidade de visões de mundo que circulam por esse meio de comunicação. Apesar das críticas do movimento pela democratização da comunicação ao padrão de TV Digital escolhido para o Brasil, que, ao priorizar as transmissões em alta defi-

nição acabou reduzindo o espaço para a multiplicação de canais na TV aberta, o decreto 5820/2006 previu a criação, nos municípios, do Canal da Cidadania.

Destinado à transmissão de programações das comunidades locais, bem como à divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos estadual e municipal, o Canal da Cidadania poderá veicular, com a digitalização do sinal, até quatro progra-

mações simultaneamente (ver quadro sobre a multiprogramação): uma para o poder público municipal, outra para o poder público estadual e duas para a sociedade civil. Assim, as TVs comunitárias, hoje restritas na maior parte das cidades a quem tem acesso à TV por assinatura, poderão ser sintonizadas pela TV aberta. Da mesma forma, novos canais públicos poderão ser criados.

Até o fechamento desta edição, segundo

dados do governo federal, 202 municípios haviam entrado com o pedido de autorização, junto ao Ministério das Comunicações, para instalar o Canal da Cidadania. O número de solicitações, no entanto, pode ser maior e ainda crescer. “Isso porque várias prefeituras fizeram a solicitação no dia 18 de junho, data limite para o envio de pedidos pelo poder público municipal. A partir desta data, governos estaduais e instituições vinculadas (como universidades estaduais) também podem solicitar o Canal para suas cidades”, explicou Arthur William, analista de Novos Negócios da Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto (Acerp), que tem oferecido cursos de formação sobre o tema.

Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, é uma dessas cidades que ainda não consta na lista oficial do Ministério das Comunicações, mas que já fez o seu pedido. “Depois da articulação e pressão dos movimentos de luta pela democratização sobre o poder municipal, o prefeito Rodrigo Neves encaminhou a solicitação do Canal da Cidadania no último dia do prazo. Agora, estamos nos organizando para que o governo acelere a viabilização da infraestrutura para o canal”, afirmou Rafael Duarte D’Oliveira, jornalista e integrante da TV Comunitária de Niterói, que realizará um seminário para debater a ocupação popular do canal na cidade.

Porém, assim como a maioria das TVs comunitárias do país, a niteroiense ainda não se adequou às regras exigidas para que possa pleitear uma das faixas do Canal da Cidadania. A portaria 489 de 2012, do Ministério das Comunicações, estabelece, entre vários outros pontos, que as entidades associativas ou comunitárias interessadas deverão prever, em seu Estatuto Social, a finalidade de programar faixa do Canal da Cidadania. O estatuto da entidade também deve assegurar, como associado, o ingresso gratuito de qualquer cidadão/ã ou entidades associativas ou comunitárias à TV. E prever o limite máximo de quatro anos de mandato para sua diretoria.

Ou seja, todas as TVs comunitárias que já existiam antes da normatização do Canal da Cidadania precisarão passar por ajustes se quiserem concorrer a uma das duas vagas reservadas para a sociedade civil em cada município.

No Rio de Janeiro, o objetivo de um conjunto de organizações da sociedade civil é garantir que uma das faixas seja ocupada pela TV Comunitária que já existe, e a outra, por uma entidade ainda a ser criada, já nos moldes previstos na legislação do canal.

“É importante favorecer um processo amplamente democrático que, por um lado, englobe uma proposta ousada, inovadora, afinada com o desafio de ter pela primeira vez uma TV Comunitária em sinal aberto e, por outro, fortaleça e valorize aqueles movimen-

tos que já se engajam nesta luta há um longo tempo”, avalia Bruno Marinoni, doutor em Sociologia e integrante do Intervozes, uma das entidades que tem participado dos debates sobre a criação do Canal da Cidadania no Rio de Janeiro.

Além do Rio, segundo o Ministério das Comunicações, apenas duas outras capitais solicitaram autorização para o Canal da Cidadania: Salvador e Distrito Federal. No caso do DF, haverá apenas um canal para o poder público e três para as TVs comunitárias. Em Salvador, o pedido foi feito pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb). Uma portaria do Ministério autoriza que TVs educativas estaduais e municipais já em operação possam passar a funcionar como o Canal da Cidadania local, sem prejuízo para transmissão das quatro faixas de multiprogramação.

“Imaginar que temas locais de todas as esferas poderão ganhar protagonismo diário em entrevistas e debates será um salto quantitativo e qualitativo em relação ao que se pratica hoje. O mesmo pode se dar no escoamento da produção audiovisual, que hoje não encontra espaço em emissoras locais”, comemora José Araripe, diretor geral do Irdeb. O edital para as faixas comunitárias do canal em Salvador já está em curso e o Irdeb vai realizar encontros para explicar o processo e estimular a inscrição das entidades.

Oportunidade de participação social e desafio de financiamento

Outra exigência do Ministério das Comunicações é a instituição de um conselho local, para zelar pelo cumprimento das finalidades da programação, pela entidade autorizada a explorar o canal. Para organizações do movimento pela democratização, é fundamental aproveitar a oportunidade para incentivar a criação de conselhos municipais de comunicação, com atribuição para discutir também outras questões de relevância para as cidades neste campo.

“Sempre defendemos a criação de conselhos de comunicação democraticamente eleitos. Por que não fazer convergir as demandas e instalar um órgão único, que possa ter uma compreensão ampla e global da pauta das políticas de comunicação, incluindo a do funcionamento do Canal da Cidadania?”, questiona Marinoni.

No Rio de Janeiro, o vereador Reimont Santa Barbara (PT) apresentou à Mesa Diretora da Câmara proposta para que o Executivo crie o Conselho Municipal de Comunicação Social. Segundo a assessoria do vereador, a proposta, construída coletivamente por um grupo de trabalho formado por entidades que integram a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação e da Cultura, já foi encaminhada ao prefeito Eduardo Paes, como

Indicação Legislativa da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A Lei do Orçamento para 2014 também já destina recursos da Prefeitura para o canal e o conselho.

A questão do financiamento, inclusive, é um dos principais desafios para o sucesso das iniciativas de Canal da Cidadania. A imensa maioria das prefeituras que já solicitaram autorização para operar o canal é de pequeno ou médio porte e pode ter dificuldades para criar e manter as emissoras. A preocupação esteve presente entre vários dos cem representantes do poder público municipal que participaram dos cursos realizados pela Acerp sobre o canal.

Segundo o engenheiro da Acerp, Luiz Mucio, o custo para a implantação do canal, incluindo equipamentos de transmissão e de estúdio, varia entre R\$ 450 mil e R\$ 1,6 milhão. A manutenção mensal dependerá da realidade de cada município, já que inclui o pagamento de pisos e acordos salariais locais.

Algumas alternativas estão sendo pensadas para enfrentar tal dificuldade. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possui uma linha de apoio à implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital, que pode ser acionada para a compra de equipamentos. Outra possibilidade é a veiculação de apoio cultural, publicidade institucional e patrocínio pelos novos canais.

Por fim, a reunião de pequenos municípios de uma mesma região em torno de um operador de rede pode reduzir os gastos com a transmissão do sinal por meio do compartilhamento da infraestrutura de distribuição. Para Caio Leboutte, diretor de Negócios e Inovação da Acerp, do ponto de vista tecnológico e econômico, o regime de consórcio de prefeituras dilui custos entre os agentes e faz todo o sentido. “Respeitando as limitações técnicas, a torre pode abrigar mais de uma antena”, explica.

As programações, contudo, devem ser municipais. “Esse é o único meio viável de comunicação para atender às necessidades locais”, defende Salvador Carreiro, diretor de operações da TVE Bahia. ■

Multiprogramação é a tecnologia que permite transmitir diferentes faixas de programação num mesmo canal de TV. Ao contrário da TV analógica, em que cada canal corresponde a uma faixa de programação, com a compressão de dados, na TV digital, no mesmo espaço de um canal anterior é possível ter faixas distintas. É como se houvesse, por exemplo, TV Brasil 1, TV Brasil 2, TV Brasil 3 e TV Brasil 4 onde antes só havia TV Brasil.

Movimento defende critérios para escolha da representação da sociedade no CCS

Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso Nacional, tem cinco vagas para representação da sociedade civil. Assentos, no entanto, são ocupados por nomes definidos pelo Parlamento, sem transparência ou critérios públicos. Processo de renovação em curso pode repetir o problema.

Por Mayrá Lima

Uma nova gestão do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo do Congresso Nacional para temas relativos ao setor, deve ser empossada em breve. No dia 6 de agosto, encerrou-se a terceira gestão do CCS, e uma nova será indicada nos próximos meses pela Mesa Diretora do Congresso, submetida então à aprovação de deputados e senadores.

Previsto na Constituição de 1988 e instituído pela Lei 8389 de 1991, o CCS é formado por 13 representantes das empresas de comunicação, dos trabalhadores do setor e de entidades da sociedade civil. Três vagas são destinadas ao empresariado do rádio, televisão e imprensa escrita; quatro para os trabalhadores (jornalistas, radialistas, artistas e

profissionais do audiovisual); uma para um engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social; e cinco para a sociedade civil.

Com o processo de indicações centralizado nas mãos do presidente do Congresso, sem o estabelecimento de critérios claros e transparentes para a representação da sociedade civil, nas três gestões passadas assentos do setor chegaram a ser ocupados por radiodifusores. É o caso, por exemplo, de João Monteiro Filho, presidente da Rede Vida de Televisão, que até agosto detinha uma das vagas da sociedade civil. Enquanto isso, setores sociais que lutam pela democratização da comunicação têm permanecido fora do CCS.

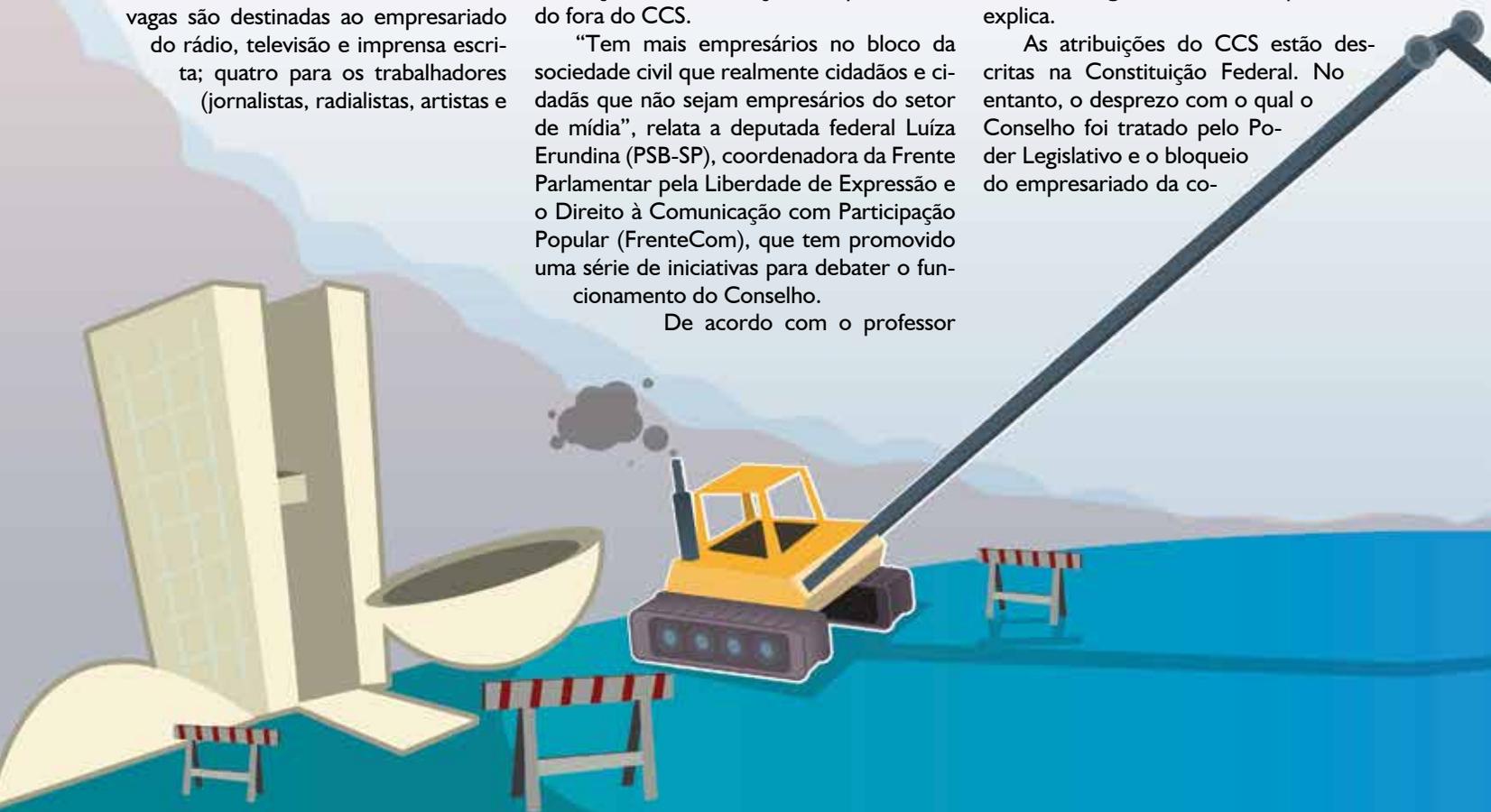
“Tem mais empresários no bloco da sociedade civil que realmente cidadãos e cidadãs que não sejam empresários do setor de mídia”, relata a deputada federal Luíza Erundina (PSB-SP), coordenadora da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (FrenteCom), que tem promovido uma série de iniciativas para debater o funcionamento do Conselho.

De acordo com o professor

do Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Murilo César Ramos, a proposta original do Conselho de Comunicação Social foi espelhada no modelo estadunidense da *Federal Communications Commission* (FCC), órgão regulador da área de telecomunicações e radiodifusão dos Estados Unidos, criado ainda em 1934.

“O CCS era para ser um órgão regulador, com atribuições regulatórias e de fiscalização, com funções de políticas públicas, mas com adaptações à sociedade brasileira. Entre elas, a de trazer para dentro do Conselho uma maioria da sociedade civil não vinculada ao governo ou ao empresariado”, explica.

As atribuições do CCS estão descritas na Constituição Federal. No entanto, o desprezo com o qual o Conselho foi tratado pelo Poder Legislativo e o bloqueio do empresariado da co-



municação aos poderes que o órgão poderia ter impactaram significativamente no seu funcionamento.

Orlando Guilhon, representante da Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub) na Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), lembra que o CCS passou anos em completa inoperância. “Apesar de regulamentado em 1991, ele só foi, de fato, implementado em 2002, pois os setores conservadores e empresariais da mídia privada não queriam que ele funcionasse”, lembra.

“O empresariado só concordou com o funcionamento do Conselho como parte do acordo feito com a esquerda no Congresso Nacional, para alterar o artigo 222 da Constituição e permitir que até 30% do capital das empresas de radiodifusão e jornalísticas pudesse ser estrangeiro”, acrescenta Murilo Ramos.

O órgão funcionou então até 2006, ficando depois desativado até 2012. A última gestão concentrou sua atuação na elaboração de pareceres sobre projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado e debateu temas como a violência contra profissionais da comunicação, o leilão da faixa de 700 MHz para a tecnologia 4G da Internet e a flexibilização da Voz do Brasil.

Apesar das demandas apresentadas pela sociedade civil, uma reformulação no processo de indicação dos representantes da população brasileira não fez parte da agenda do CCS nos últimos dois anos.

Mais transparência

A ausência de critérios para renovação da composição do CCS foi a principal preocupação manifestada pelos participantes da audiência pú-

blica que a FrenteCom promoveu sobre o Conselho no último dia 1º de julho. Na ocasião, as entidades que integram a coordenação da Frente Parlamentar apresentaram um documento que, além de trazer um diagnóstico das limitações para o funcionamento do CCS, apontam critérios que poderiam ser utilizados pela Mesa do Congresso Nacional para formar a lista de conselheiros a ser submetida aos parlamentares.

Entre eles, possuir um histórico de relação com a luta pela democratização da comunicação; representar instituições, meios comunitários, universitários, públicos e organizações atuantes no tema das comunicações; e dialogar com movimentos de diferentes áreas do conhecimento, como cultura, defesa do consumidor e academia.

Dialogando com esses critérios, a FrenteCom fez indicações, encaminhadas ao presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), de nomes de possíveis representantes da sociedade civil na nova composição do Conselho. “Descobrimos que o Congresso já estava fazendo consultas para indicações para a renovação do órgão e que, novamente, esta consulta estava sendo feita num universo limitado de cerca de 70 organizações, das quais 90% eram entidades patronais de comunicação”, afirma Guilhon.

O FNDC deve agora dialogar com integrantes da Mesa do Congresso e líderes partidários para reforçar a importância da presença de setores que defendem a democratização das comunicações no Conselho.

A deputada Luiza Erundina explica por que a FrenteCom decidiu apresentar nomes ao processo: “É preciso dar legitimidade a quem se propõe a representar a sociedade civil. O fato de serem pessoas indicadas por uma Frente formada por mais de 50 entida-

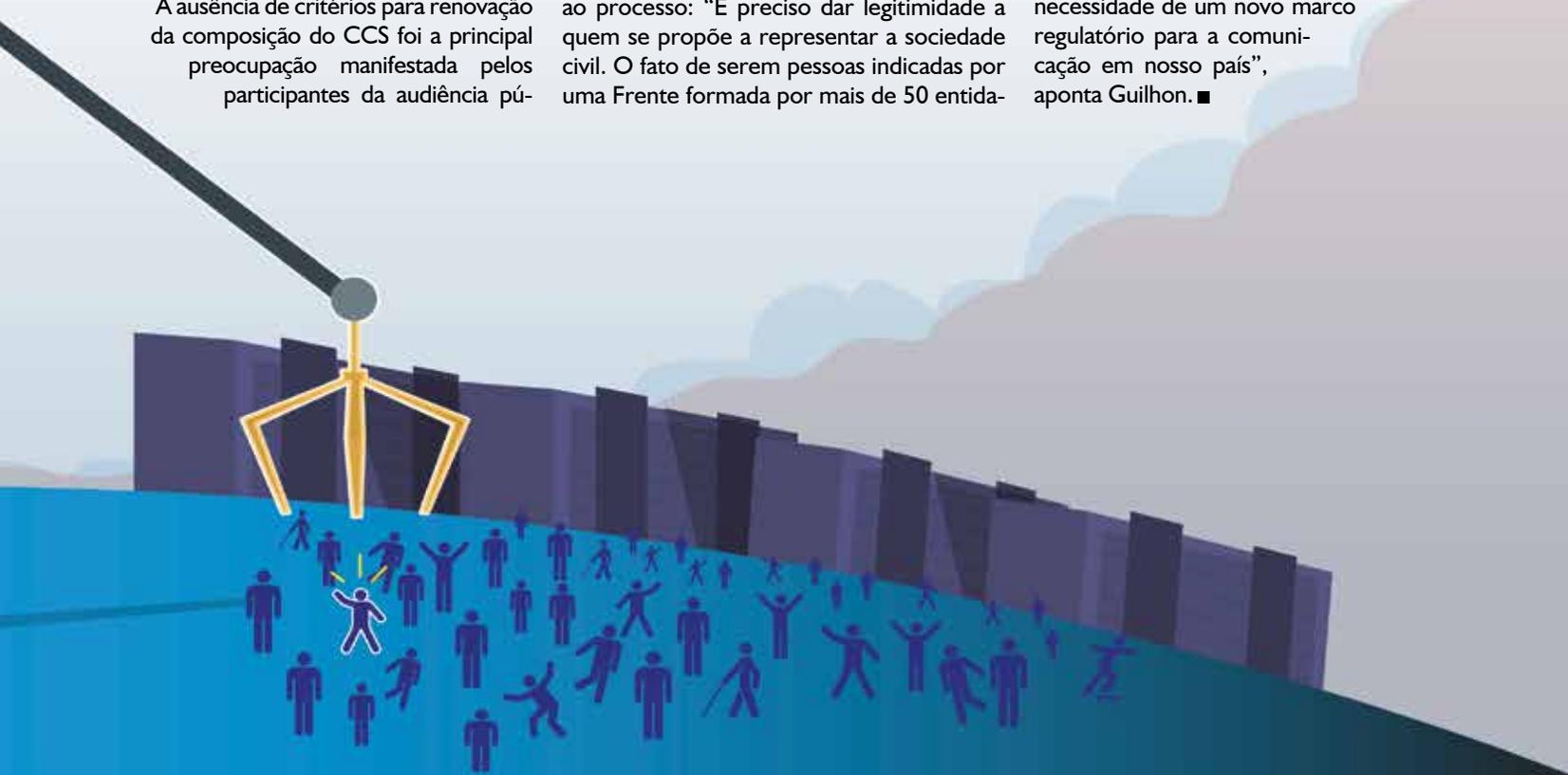
des nacionais dá a essas indicações força política e qualidade para essa representação”. Em 2012, a FrenteCom também indicou nomes para o CCS, mas nenhum deles figurou na lista votada naquele ano pelo Congresso.

Desafio para a nova gestão

Durante a audiência pública, também foi debatida a necessidade de criação, no âmbito do Congresso, de um grupo de trabalho, com representantes da sociedade civil, para promover a atualização da Lei nº 8389/1991 e do regimento interno do Conselho. O objetivo, além de dar transparência ao processo de indicação e nomeação dos conselheiros, seria o de garantir uma representação mais condizente com o novo cenário das comunicações no Brasil, a exemplo da destinação de uma vaga para a comunicação pública no colegiado e da representação de setores como Internet e telecomunicações.

“A reestruturação do CCS é ponto fundamental. O sistema de comunicação no Brasil sofreu impactos com as inovações tecnológicas e novas plataformas, que hoje estão na estrutura do sistema de comunicação, mas não são expressas pelo Conselho”, avalia Erundina.

Como agenda de atuação, os nomes indicados pela FrenteCom se comprometeram a estimular a reflexão do Conselho sobre temas considerados estratégicos para a sociedade civil. “Nos organizamos pra fazer a disputa política deste espaço público. Houve avanços, mas, de fato, o CCS continua se furtando a enfrentar o principal debate da atualidade: a necessidade de um novo marco regulatório para a comunicação em nosso país”, aponta Guilhon. ■





A Copa, os 7 a 1 e o que a mídia tem a ver com isso

Por Glauco Faria e Renato Rovai*

No dia 9 de julho, parte dos brasileiros acordou com uma sensação de ressaca que não era necessariamente associada ao consumo exagerado de álcool. Na véspera, a seleção brasileira havia sofrido a pior derrota de sua história, um inapelável 7 a 1 para a Alemanha, e a partir daquele momento a mídia começava a discutir os possíveis efeitos da derrota. Nascia o debate sobre o que fazer diante daquela tragédia esportiva, que apontava para uma evidente necessidade de mudanças no futebol brasileiro.

No entanto, boa parte do que se viu e ouviu foi uma continuação da cobertura midiática que já vinha sendo feita antes e durante a Copa do Mundo. Mesmo emissoras de TV fechada que costumam ser críticas oscilavam entre a construção de novos “Barbosas” – no caso, o técnico Felipão, seu auxiliar Carlos Alberto Parreira ou um ou outro jogador. Ou centravam fogo na avaliação do trabalho da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), sem dúvida uma das maiores responsáveis pela situação algo calamitosa do futebol nacional, construída muito antes da goleada. Mas não se viu uma reflexão fundamental: qual o papel dos próprios meios de comunicação nessa quase tragédia futebolística?

Por exemplo, não se sabe quanto a Globo lucrou de forma direta e indireta com o Mundial. Estima-se que só com o dinheiro vindo de patrocinadores, o faturamento tenha chegado a R\$ 1,4 bilhão¹. Nada mal, em

especial levando-se em conta a queda contínua de sua audiência.

Mas não foi só o grupo da família Marinho que lucrou. Mesmo quem não partilhou os direitos de transmissão adquiridos pela emissora na TV aberta, caso da Rede Bandeirantes, teve a oportunidade de fazer pacotes para anunciantes vendendo coberturas especiais em todos os meios. A Record, que não transmitiu o evento, anunciava ao mercado no início do ano cotas de patrocínio no valor de R\$ 47 milhões².

Isso talvez explique também a pouca ênfase dada aos protestos que ocorreram durante o Mundial, assim como às prisões arbitrárias e táticas repressivas utilizadas pelas polícias – o que, aliás, representa o mais

do mesmo da mídia tradicional: cobre-se o fato, faz-se a alusão política que interessa no momento, mas não se discute ou mesmo se divulga aquilo que os movimentos ou manifestantes pregam. O viés durante a Copa foi o mesmo de sempre, mas os questionamentos ficaram ainda mais submersos.

Globo, a dona da bola

Os interesses comerciais e o indarçável corporativismo talvez justifiquem também a falta de debate sobre o papel da mídia no cenário do futebol, que seria um dos pontos fundamentais a ser tratado após o duelo contra a seleção alemã. Se os direitos de transmissão são um negócio obscuro para a Fifa na negociação do Mundial, não





Fernando Frazão/Br

Protestos durante a Copa: assim como as prisões arbitrárias e as táticas repressivas utilizadas pelas polícias, manifestações tiveram cobertura superficial e parcial dos grandes meios de comunicação

são mais transparentes quando voltamos os olhos para o nosso quintal. Jornalistas esportivos sérios garantem que a CBF ganha, proporcionalmente, mais do que os clubes. Mas quanto ganha a Globo, por exemplo?

E a bem da verdade, não só ela, ainda que seja a principal detentora dos direitos de transmissão dos principais torneios do Brasil. No total, são sete emissoras que dividem tais direitos nas principais competições nacionais, a maior parte delas na TV fechada³. Assim, é de se esperar que o debate sobre a participação da televisão no futebol seja mais restrito nesses canais, mas impressiona a falta da discussão em outros meios como a mídia impressa e a internet.

Quando houve uma disputa entre Globo e Record pela transmissão do campeonato brasileiro, em 2011, com uma oferta muito mais generosa do grupo de Edir Macedo para o Clube dos Treze, associação dos principais times do Brasil que gerenciava a venda de direitos de transmissão, um cenário de dependência financeira do futebol brasileiro se desnudou. O duelo entre as duas gigantes fez não só com que o Clube dos Treze se desmanchasse como também aumentou o poder da Vênus Platinada sobre o mundo da bola.

Naquele momento, já era possível perceber que o poder da emissora para causar tal mudança advinha dos seus cofres. Mesmo que quisessem, alguns clubes não poderiam sair debaixo de suas asas porque a Globo tem por hábito adiantar o valor de cotas de direitos de transmissão de anos vindouros. Ou seja, algumas equipes devem para a Globo até 2016 ou mais. É algo bastante similar a outro hábito monopolista da emissora, o BV (Bonificação por Volume) que é pago às agências de publicidade e que faz com que os recursos do mercado publicitário se concentrem nas mãos de poucos. Ou seja, uma forma de corrupção legalizada.

Dessa ingerência quase que absoluta no

esporte mais popular do Brasil, seguem-se outras mazelas. A transmissão excessiva de jogos de clubes mais populares, em especial Flamengo e Corinthians, para a maioria das praças, contribuiu para a desvalorização do futebol como um todo e, embora possa parecer que seja mais benéfico para ambos, o que geraria vantagens desportivas mais adiante, trata-se de um jogo em que todos perdem, porque o esporte em si se desgasta e cansa o telespectador.

Um exemplo é que foi justamente a transmissão de uma partida do Corinthians contra o Coritiba, no dia 3 de agosto, a pior audiência da emissora em jogos do campeonato brasileiro em 2014⁴. O que parece bom a curto prazo não se sustenta ao longo do tempo.

Outro fato que prejudica o futebol mesmo como produto, mas também como patrimônio cultural, é a forma como os direitos de transmissão são distribuídos entre os clubes. Se a estrutura entre os doze maiores permaneceu quase inalterada proporcionalmente mesmo com o fim do Clube dos Treze, tendo aumentado de forma geral a receita para todos, o fosso entre estes e os demais times do país se amplia. Sem introduzir o mérito técnico (ou seja, o desempenho de uma equipe em uma competição) como fator que influencie a distribuição desses recursos, à semelhança do que acontece em ligas de outros países, os clubes menores ficam à míngua, tornando-se menos competitivos e servindo muitas vezes de “barriga de aluguel” de empresários. O próprio sentido de competição é esvaziado pela força do dinheiro.

É essa discussão sobre a relação entre poderosos meios de comunicação e a incapacidade de fazer uma autocrítica de sua participação no caos do futebol escancarado nos 7 a 1 que não ocorreu durante a Copa – e que ainda não aparece como questão pri-

mordial nas discussões sobre o que mudar no esporte daqui em diante.

Não deixa de ser irônico, por exemplo, ver comentaristas tecerem críticas à situação fiscal dos clubes de futebol quando todos sabem que a saúde financeira de algumas emissoras e seus débitos com o fisco não são exatamente exemplo de boa gestão, vide o processo da Receita Federal contra a Globo, em decorrência justamente de possível sonegação na compra dos direitos de transmissão relativos à Copa de 2002⁵, assunto ignorado pela mídia tradicional. E, nesse caso, não é só o corporativismo que explica.

Quem sabe um dos legados da Copa não seja uma reflexão de diversos setores a respeito do papel da mídia na organização do nosso futebol, mas não só dele. De como a concentração midiática tem feito muito mal ao desenvolvimento de várias áreas no país.

A responsabilidade pelos 7 a 1 também é da Globo e de outras emissoras que se associam às suas práticas. Como também muito das nossas carências na área de cultura, entretenimento, educação etc. Um modelo menos concentrador e mais democrático na comunicação seria muito bem-vindo para o país como um todo. Também para o futebol. ■

¹www.fndc.org.br/noticias/fndc-divulga-panfleto-sobre-copa-e-midia-924418/

²<http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2014/03/11/Record-sem-Copa-mas-com-plano.html>

³<http://trivela.uol.com.br/veja-quem-tem-os-direitos-de-transmissao-dos-principais-torneios-de-futebol/>

⁴http://maquinadoesporte.uol.com.br/artigo/com-corinthians-campeonato-brasileiro-amarga-sua-pior-audiencia-em-2014_26899.html

⁵<http://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2014/07/16/sonegacao-da-globo/>



Glauco Faria é jornalista formado pela ECA-USP e editor executivo da Revista Fórum.



Renato Rovai é professor da Faculdade Cásper Líbero, doutorando pela UFABC e editor da Revista

Fórum Brasil de Comunicação Pública deve rearticular politicamente o setor

Encontro acontece em novembro e, além de debater os principais desafios da conjuntura para as emissoras do campo público de comunicação, também pretende ser um espaço para a rearticulação política entre as entidades representativas do setor e organizações da sociedade civil.

Por Jonas Valente

No final de 2006, emissoras do campo público de televisão e o Ministério da Cultura, na época comandado por Gilberto Gil, tiveram a iniciativa de promover uma série de debates sobre como fortalecer o setor. Começou, assim, a construção do I Fórum Nacional de TVs Públicas. As organizações representativas da área haviam acabado de passar pela dura disputa da definição do padrão de TV Digital para o Brasil, que acabou beneficiando os radiodifusores comerciais e desperdiçando oportunidades para impulsionar as mídias públicas. Após meses de debates em grupos de trabalho e uma etapa nacional realizada em maio de 2007, o Fórum se mostrou um espaço fundamental para alinhar uma agenda para o campo e fortalecer a luta pela criação de “uma nova TV pública” no país. Resultou deste processo a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da TV Brasil, primeira emissora pública de televisão de alcance nacional.

Naquele mesmo ano, as rádios públicas também realizaram seu fórum nacional. E, em 2009, uma nova edição do Fórum de TVs Públicas debateu como ir além da EBC e fortalecer a comunicação pública como um todo. As resoluções do encontro apontaram para a necessidade de uma regulamentação integral do setor, de um modelo de financiamento mais robusto e de mais apoio para a produção de conteúdos de qualidade. Em 2012, um seminário internacional sobre a regulamentação do campo público apontou, entre suas recomendações, a importância de se realizar um novo espaço de reunião dos veículos e atores envolvidos no setor, agregando, desta vez, rádios e TVs, e também o conjunto de organizações da sociedade civil interessadas no tema.

A tarefa foi abraçada então pela Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular (FrenteCom) da Câmara dos Deputados, que conta com organizações da so-

riedade civil da área da comunicação e com entidades representativas das emissoras do campo público em sua coordenação. Assim, no âmbito da FrenteCom, está sendo organizado o Fórum Brasil de Comunicação Pública, que será realizado em novembro, em Brasília.

A iniciativa tem como objetivo fomentar a discussão acerca dos temas centrais para o campo e, a partir das demandas de cada segmento, construir uma agenda unitária com propostas de políticas públicas e regulação para fortalecer o setor. Além de reunir os diversos atores envolvidos e interessados na comunicação pública, o Fórum contará com presença dos mais variados agentes públicos que têm relação com este debate, como os governos federal, estaduais e municipais, os legislativos federal, estaduais e municipais e as agências reguladoras.

Para Alice Campos, da Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público (Frenavatec), o Fórum já é um marco por abranger todos os atores do setor. “Pela primeira vez, estamos unificando a agenda do

segmento da comunicação pública, das rádios, TVs e novas mídias, no âmbito dos meios estatais, educativos, universitários e comunitários, para que a política seja definida de forma ampla”, destaca. “Será um momento importante para a articulação da sociedade civil no campo da comunicação pública”, reforça Rita Freire, jornalista responsável pela Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada e vice-presidente do Conselho Curador da EBC.

Na avaliação de Evelin Maciel, da TV Câmara e representante da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) na organização do Fórum, o evento também será uma oportunidade de apresentar a autoridades e à sociedade os problemas enfrentados pelo campo, para engajá-los no apoio a esta pauta. “Será um momento de reflexão sobre a fragilidade atual das emissoras públicas e a necessidade de se conquistar aliados para a sua própria existência”, avalia.

A data para a realização do Fórum não foi escolhida por acaso. Durante o encontro em Brasília, um documento com propostas de po-

FNDC





Seminário Internacional sobre Regulação do Campo Público, em 2006: discussões na Câmara dos Deputados recomendaram realização de um novo encontro nacional para articular os mais diferentes setores interessados no fortalecimento da comunicação pública no país.

líticas públicas para o fortalecimento do campo será entregue à candidatura vencedora das eleições presidenciais. Os organizadores esperam, com isso, iniciar um processo de diálogo constante com a futura gestão do Executivo Federal, de forma a garantir uma maior participação social e dos representantes diretos das emissoras do campo público na formulação e implementação de iniciativas que ampliem e consolidem esta forma de comunicação no país. Afinal, apesar de a Constituição Federal de 1988 prever que o sistema de comunicação no Brasil deve ser formado pela complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal, a mídia brasileira hoje é dominada pelas empresas comerciais com fins lucrativos.

Para qualificar a discussão até novembro, as entidades responsáveis pela organização do Fórum lançaram etapas preparatórias de debate, chamadas de Pré-Fóruns. O primeiro ocorreu em abril deste ano, em Brasília, focado no tema da digitalização do rádio e da TV. Um dos assuntos debatidos foi o impacto, para os canais públicos, do leilão da faixa de 700 MHz do espectro para a prestação de serviços de banda larga móvel por meio da tecnologia 4G. A iniciativa do leilão se insere dentro do processo de digitalização da televisão no país (veja reportagem específica sobre o tema nesta edição).

O segundo Pré-Fórum, previsto para setembro, promoverá um debate entre as candidaturas à Presidência da República sobre as comunicações no Brasil. O objetivo é pautar este tema na campanha presidencial, que, his-

toricamente, não tem nas políticas de comunicação um de seus assuntos centrais.

“Com os fóruns preparatórios, estamos amadurecendo o debate sobre diferentes aspectos do sistema público de comunicação no Brasil. E agora pretendemos contar com os candidatos para discutir com eles essa questão”, explica a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), coordenadora da FrenteCom.

Temas em debate

Como dito, a Constituição Federal prevê, em seu Artigo 223, que as emissoras de rádio e TV se dividam em três sistemas: privado, público e estatal. No entanto, o sistema privado, na sua modalidade com fins lucrativos, possui número de emissoras muito maior, 90% dos recursos disponibilizados para financiamento e, historicamente, vem sendo privilegiado pelo poder público em termos das políticas desenvolvidas no âmbito do Executivo. Já os sistemas público e estatal contam com quantidade muito inferior de veículos, volume menor ainda de recursos e sempre foram marginalizadas nas decisões de legisladores e governos.

O Fórum abordará a importância de se reconhecer o papel central do campo público midiático para a democracia brasileira. “O Estado Democrático de Direito deve ser construído na pluralidade. Não é possível pensar qualquer espaço público sem participação social. E a comunicação pública é a garantia real da valorização das diversas vozes e da promoção dos direitos do cidadão na sociedade brasileira”, argumenta Alice Campos, da

Frenavatec.

Para que o campo público possa cumprir esse objetivo, é preciso garantir a autonomia política e editorial de suas emissoras. “Este é um bem social, que não pode ter dono, porque sua função, além do fomento à produção jornalística e audiovisual, tem como perspectiva a garantia de um espaço plural e independente, que não seja refém de uma gestão, de condições do mercado ou de políticas locais”, destaca Alice.

Tal autonomia presume a regulamentação do Artigo 223 da Constituição, efetivada apenas parcialmente com a criação da EBC. O restante do campo segue com regras precárias de funcionamento, que em geral colocam a gestão dos veículos como refém da administração local e sem estrutura suficiente para produzir conteúdo de qualidade, que possa se constituir como alternativa real aos meios comerciais junto à população.

Tudo isso não se faz sem recursos. “Não se pode querer produzir programação de qualidade, com profissionalismo e tecnologia, sem um aporte que a viabilize”, explica Rogério Oliveira, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e integrante da Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Para Rita Freire, o modelo de financiamento do campo público é uma das prioridades a ser debatida no Fórum. Em especial, o encontro deve discutir o que será feito com os recursos da Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública, prevista na lei de cria-



Deputada Luiza Erundina, coordenadora da FrenteCom



Conselho Curador da EBC: tema de debate

ção da EBC. Trata-se de uma taxa cobrada das operadoras de telecomunicações como forma de financiar meios públicos, mas que não vinha sendo repassada ao Estado em função de um questionamento das empresas privadas sobre a cobrança na Justiça.

A partir de 2013, algumas operadoras aceitaram o pagamento e o montante a ser recolhido chegou a cerca de R\$ 500 milhões. O governo federal tem usado parte deste recurso para financiar o funcionamento da EBC, substituindo receitas do Tesouro anteriormente previstas no orçamento da empresa pública. Além da defesa de que estes recursos sejam tratados como acréscimo ao orçamento inicial da EBC, como meio de fortalecer as emissoras geridas pela empresa, o Fórum deve discutir uma proposta de regulamentação para a Contribuição, que não deve ser destinada integralmente, como ocorre hoje, somente para a Empresa Brasil de Comunicação, devendo ser revertida também a outros veículos do campo público.

Digitalização

Outra preocupação a ser tratada no Fórum é como garantir o reconhecimento dado à importância do sistema público pela Constituição Federal assegurando condições de entrada dessas emissoras no novo cenário de comunicação digital. É algo que envolve, em primeiro lugar, a garantia de canais e infraestrutura de transmissão digital para o campo.

“Com o leilão da faixa de 700 MHz, as TVs públicas estão correndo o risco de perder o espaço – já pequeno – que ocupam. É uma discussão travestida de técnica, ocultada pelos meios de comunicação em função dos interesses que estes mesmos meios têm em interditar-la, mas que interessa ao povo brasileiro, e não apenas a um punhado de empresas de telecomunicações”, critica Rogério Oliveira, do CFP. Evelin Maciel acredita que o Fórum deve formular uma saída para essa questão. “Espero que do evento saia um Projeto de Lei ou Proposta de Emenda à Constituição para garantirmos

alguma reserva de canais, de TV e rádio, para emissoras públicas neste processo de digitalização”, defende.

Outro problema é como será montada a infraestrutura de transmissão no sinal digital. Atualmente, a quase totalidade das antenas é analógica, e o custo da transição é grande. Luiza Erundina lembra do projeto de implantação de uma estrutura compartilhada de transmissão digital entre os canais públicos, chamada de operador de rede. Ela precisa ser retomada, acredita a parlamentar. “O operador de rede é providência indispensável. Em uma audiência na Câmara dos Deputados, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, chegou a afirmar que o leilão da faixa de 700 MHz geraria recursos para financiar a implantação do operador de rede digital do campo público. Mas isso ficou só na afirmação teórica e verbal, sem nenhuma consequência”, lamentou.

A EBC vem tentando sensibilizar o governo federal para a relevância da instalação desta estrutura, destacando que as emissoras públicas podem explorar o potencial da TV Digital para prestar serviços de governo eletrônico. Um projeto neste sentido, intitulado Brasil 4D, foi testado com algumas centenas de famílias no país. “Mas, infelizmente, até agora não conseguimos o eco necessário dentro do governo para que ele ganhe larga escala”, explica Nelson Breve, presidente da EBC.

Apesar da falta de perspectiva de um projeto para a instalação da infraestrutura de transmissão, Breve acredita que é possível garantir a difusão por meio de empresas que prestam o serviço de distribuição de sinal de televisão. “O melhor modelo seria o setor público fazer uma licitação e se integrar a isso”, afirma.

Comunicação comunitária e veículos estaduais

Há ainda uma demanda de que o Fórum Brasil de Comunicação Pública direcione uma atenção específica à comunicação comunitária, segmento do setor que, em vez

de ser incentivado, enfrenta inúmeros obstáculos para se estabelecer. No caso das rádios, a demora na autorização das outorgas deixa um universo enorme de emissoras sem condições de funcionar, enquanto a Anatel faz uma fiscalização violenta e fecha aquelas não possuem esta licença.

“O marco legal desses veículos está absolutamente obsoleto. Além da demora nas autorizações, o limite para o alcance de sinal e para a potência das comunitárias, por exemplo, são dois aspectos que precisam mudar”, destaca Erundina. A Lei 9.612/1998 determina que as rádios comunitárias só podem transmitir programação num raio de um quilômetro de alcance e seu transmissor não pode ultrapassar 25 Watts de potência.

Na avaliação da parlamentar paulista, a questão do financiamento dos canais comunitários também é um gargalo. “Se não há condições de ter receitas com publicidade, também proibidas pela lei, como é que as estações vão sobreviver?”, questiona.

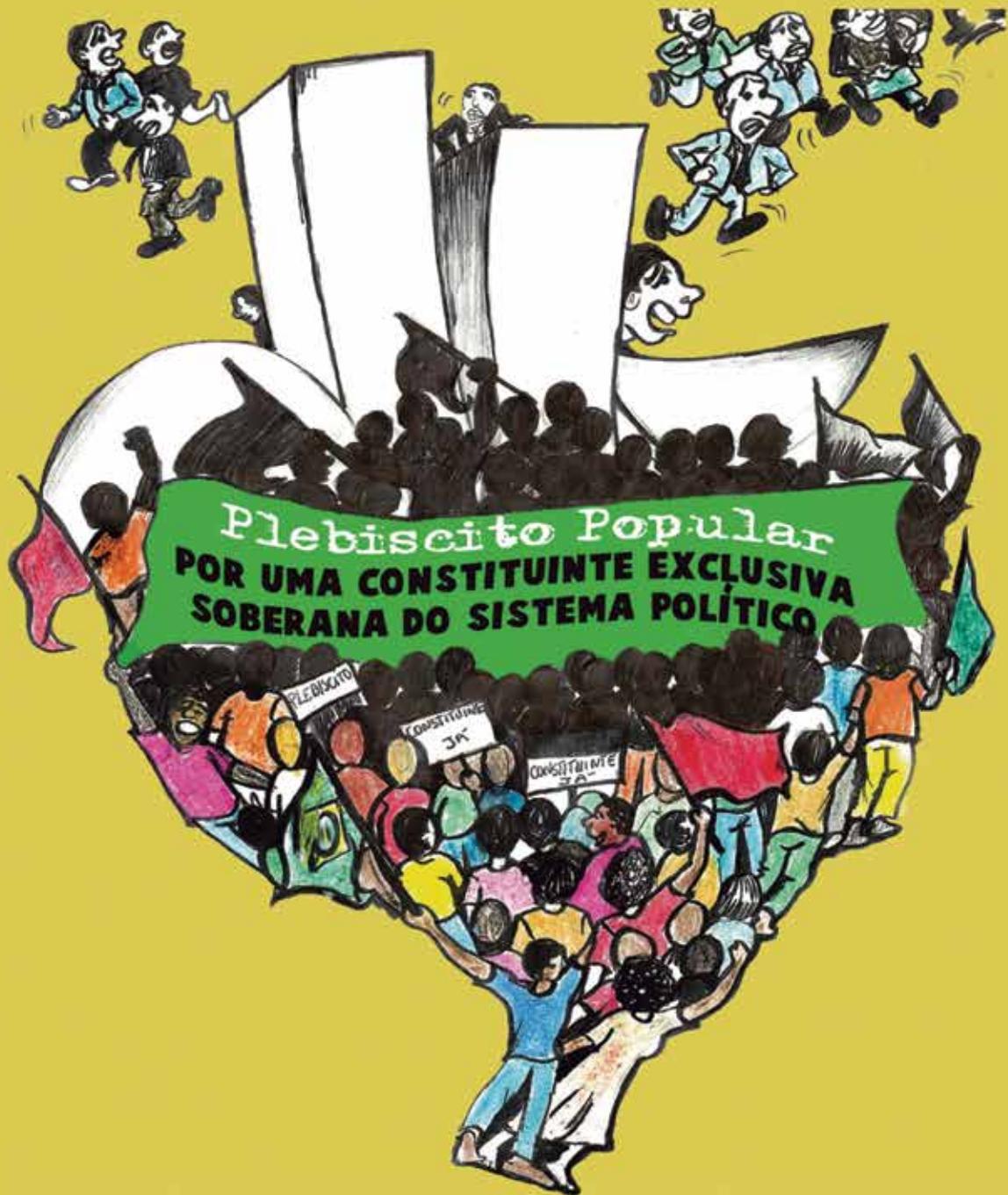
Everaldo Monteiro, diretor da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e TV (Fitert), defende que o Fórum também deva se preocupar com as emissoras estaduais, como forma de desconcentrar a produção audiovisual brasileira, localizada nos grandes centros. “Temos um foco muito grande na esfera federal, mas é preciso olhar os estados. A produção audiovisual está presa às grandes redes no Rio de Janeiro e em São Paulo e, de forma miúda, em algumas regiões como o Distrito Federal, a Bahia e o Ceará. Só que as emissoras públicas têm a responsabilidade de traduzir a diversidade da sociedade”, pondera.

Para fomentar tal descentralização, apoiar as emissoras estaduais e fiscalizar o que é acontece nos estados, Monteiro propõe a implantação de conselhos de comunicação estaduais e também de conselhos nas emissoras públicas. “Os conselhos seriam um espaço fundamental das cobranças e construção deste projeto”, completa. Mais um tema para o Fórum Brasil de Comunicação Pública se debruçar em novembro. ■

PLEBISCITO POPULAR

Semana da Pátria

01 a 07 de setembro de 2014



**PARTICIPE!
AJUDE ORGANIZAR!**

www.plebiscitoconstituente.org.br
plebiscitoconstituente@gmail.com
facebook.com/plebiscitoconstituente

**AJUDE A DECIDIR O FUTURO
DA COMUNICAÇÃO EM NOSSO PAÍS.
NÃO ACEITE SER TRATADO COMO
MARIONETE. LUTE PELO SEU DIREITO
DE ACESSO A POLÍTICAS
DEMOCRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO.
FAÇA PARTE DESSA DISCUSSÃO
E QUESTIONE
O QUE A MÍDIA PRODUZ.
ASSOCIE-SE AO FNDC.**

